

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - CEP 80.220-902 | (41) 3330-8500

Visite a página do TRE-PR para obter contatos e outras informações: www.tre-pr.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Elaboração: Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições e Seção de Planejamento Estratégico – SPE

Diagramação e design: Seção de Planejamento Estratégico – SPE e Seção de Design Visual.

Fonte dos dados: setores diversos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça (Relatório Justiça em Números).

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2021. – Paraná: TRE-PR/SPE, 2021.

120 p.

MEMBROS DO COLEGIADO

Desembargador Tito Campos de Paula
Presidente
Desembargador Vitor Roberto Silva
Vice-Presidente e Corregedor
Desembargador Fernando Ferreira de Moraes
Desembargador Substituto
Desembargador Mario Elton Jorge
Desembargador Substituto
Doutora Flávia da Costa Viana
Juíza Estadual
Doutor Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral
Juiz Estadual
Doutor Carlos Maurício Ferreira
Juiz de Direito Substituto
Doutora Melissa de Azevedo Olivas
Juíza de Direito Substituta
Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado
Juiz Federal
Desembargadora Cláudia Cristina Cristofani
Juíza Federal Substituta
Doutor Thiago Paiva dos Santos
Jurista Titular
Doutor Roberto Ribas Tavarnaro
Jurista Titular
Doutor Marcio Tadeu Brunetta
Jurista Substituto

MEMBROS DA SECRETARIA

Doutor Valcir Mombach
Diretor Geral
Solange Maria Vieira
Secretária de Planejamento de Estratégia e de Eleições
Danielle Cidade Morgado Maemura
Secretária Judiciária
Mônica Miranda Gama Monteiro
Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral
Lilian Gasparin
Secretaria de Gestão Administrativa
Silmara Aparecida Laskoski
Secretaria de Gestão de Serviços
Helton José Sanchez
Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade
Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann
Secretário de Gestão de Pessoas
Gilmar José Fernandes De Deus
Secretário de Tecnologia de Informação
Hillene de Cássia Sbalqueiro Silva Meira
Secretaria de Auditoria Interna

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Exercício 2021

O presente relatório, elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa TCU nº 187/2020), tem como objetivo apresentar à sociedade e ao TCU os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2021.

ESTRUTURA

- MENSAGEM DO PRESIDENTE
- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
- RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS
- GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO
- INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS
- ANEXOS E APÊNDICES

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, firme em seus propósitos, apresenta seu Relatório de Gestão – 2021, elaborado por meio da atuação integrada da alta direção e de colaboradores, seguindo o norte apontado pelos princípios que regem a estrutura internacional de relato integrado: foco estratégico, conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade e transparência.

Dessa forma, este relatório prima para o atendimento às orientações e determinações do TCU, especialmente previstas na DN TCU 187/2020 e constantes do guia próprio, estando estruturado com os seguintes capítulos: 1. Visão geral organizacional e ambiente externo; 2. Riscos, oportunidades e perspectivas; 3. Governança, estratégia e desempenho e 4. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

São apresentados, com demonstração numérica e gráfica, os principais valores entregues à sociedade, tal como o cadastro eleitoral; as atividades realizadas para promover a conscientização política e ampliar o relacionamento com a sociedade; a prestação jurisdicional e a realização de eleições suplementares.

Nele demonstra-se que os objetivos estratégicos da organização direcionam o foco de todo o Tribunal para, com transparência, atuar com excelência na entrega do processo eleitoral, em seus aspectos da prestação jurisdicional, bem como em seus aspectos da segurança dos procedimentos de organização da eleição, sempre com atenção para as orientações do CNJ, TSE e TCU, como também para as expectativas da sociedade, especialmente quanto à qualidade dos serviços públicos prestados.

Neste sentido, o TRE-PR estabeleceu 33



indicadores para o período de 2021-2026, dos quais, em 2021, atingiram-se as metas em 21 daqueles indicadores, conforme avanços obtidos e mensurados por metas anuais previamente estabelecidas.

As ações de monitoramento realizadas por meio de constante prestação de contas, promovidas em reuniões multissetoriais e, em especial, perante o Conselho de Governança, revelaram-se fundamentais para o cumprimento do proposto.

No período em tela, também merece destaque a edição do Plano de Gestão contemplando 33 ações relacionadas aos objetivos estratégicos. As ações projetadas e estabelecidas foram prejudicadas pela pandemia, sendo que uma das ações previstas foi cancelada e 4 foram encerradas sem que as metas estabelecidas fossem atingidas. Entre as 28 ações restantes, 17 foram concluídas integralmente e 11 continuarão a ser executadas no ano de 2022.

Além da estratégia institucional, vale destaque o ótimo desempenho apresentado pelo TRE-PR no cumprimento das metas que

são acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pois entre as 5 metas nacionais e 1 meta específica, as medições dos resultados obtidos variam entre 98% e 183%, conforme desempenho demonstrado neste relatório.

Ainda quanto ao direcionamento institucional dado pelo planejamento estratégico, importante apontar a preocupação desta organização com a constante melhoria do acesso às informações e transparência, inclusive com a utilização de recursos interativos, especialmente por meio das redes sociais e canais de comunicação, tornando a localização dos serviços mais fácil para a sociedade; com a realização de ações de educação cidadã, com o aperfeiçoamento do atendimento à sociedade e da comunicação com a população, bem como com o aprimoramento dos procedimentos para proteção dos dados pessoais.

Outro foco constante é a capacitação de servidores, autoridades e colaboradores, o que inclui a capacitação adequada dos mesários e demais integrantes de equipes de apoio técnico nomeados para a realização dos tra-

lhos nas eleições.

O TRE-PR também esteve concentrado em ações referentes à ética e integridade, sustentabilidade, segurança institucional e racionalização das licitações e contratações, na melhoria do acesso e o controle da execução do orçamento do Tribunal, disponibilização de informações atualizadas e acessíveis, disponibilização de nova plataforma de colaboração em nuvem, implantação de soluções de segurança da informação, na estruturação do Portal de Business Intelligence (BI), no direcionamento financeiro nas aquisições com troca de custeio por investimento e, sem dúvida, no apoio técnico e de infraestrutura às atividades das Zonas Eleitorais e sede para que fosse possível o trabalho remoto durante a pandemia (COVID-19).

Na área de pessoal, visando à qualidade de vida e de trabalho dos servidores, o TRE-PR mantém o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), que possui como pilares a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o autodesenvolvimento. O programa sistematiza as principais ações de qualidade

de vida da instituição, separadas em quatro dimensões: física, emocional, social e espiritual. Destaca-se, também, em 2021, a regulamentação interna do teletrabalho; a realização de palestras para prevenção de doenças físicas, mentais e na área de psicologia; a contratação de psicólogo; grupos de conversa e o Projeto Escuta Curativa.

A modalidade de teletrabalho implantado como projeto piloto em 2018 com apenas 02 servidores teve grande aceitação sendo que, ao final de 2021, 94 servidores estavam nesse regime de trabalho. O sucesso do projeto também pode ser constatado em números, visto que os servidores envolvidos não só alcançaram a meta estabelecida no plano de trabalho inicial como também superaram o índice de produtividade do próprio setor.

Na gestão administrativa, aponta-se a regularização imobiliária, o plano de ação para melhorar aproveitamento da infraestrutura predial, as campanhas de conscientização e a publicação do manual de fiscalização de contratos.

Na atuação em assuntos de acessibili-

dade, salienta-se que o Tribunal conta com estrutura de Assistência de Acessibilidade e Inclusão, apoiada em comissão temática específica que, juntas, planejam e atuam em ações desenvolvidas que pretendem tornar a Justiça Eleitoral do Paraná uma instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa.

Na área de sustentabilidade, promoveram-se ações para redução de consumo de recursos naturais e para redução de poluentes, também contando com unidade dedicada ao tema.

A atividade correcional, visando à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios, foi realizada em todas as Zonas Eleitorais do Estado, exclusivamente em formato virtual, em razão da pandemia.

Enquanto no segmento de auditoria interna, foram realizadas 14 auditorias e 02 consultorias.

A política de gestão de riscos foi revisada, aperfeiçoada e sistematizada com as melho-

res práticas adotadas pelo Tribunal, prevendo objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades e a metodologia a ser observada por todas as unidades neste tema.

Por fim, observa-se do relatório que, no ano de 2021, tiveram destaque as atividades relativas à digitalização das ações judiciais iniciadas em meio físico para processamento em meio eletrônico, a implementação do balcão virtual, o atendimento ao eleitor por meio eletrônico, o projeto de apoio remoto às zonas eleitorais, as adaptações nos procedimentos internos para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, as adaptações para o retorno ao trabalho presencial, a realização de auditoria eletrônica em Eleição Suplementar e elaboração do planejamento das Eleições 2022.

Assim, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná demonstra, por meio deste relatório integrado, que atua firme, com transparência e responsabilidade fiscal para concretizar a realização de eleições eletrônicas, limpas, confiáveis, seguras e acessíveis a todos.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADM	ADMINISTRATIVO
ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ART	ARTIGO
ASSDG	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA - GERAL
C/	COM
CCONT/STN	COORDENADORIA DE CONTABILIDADE DA SECRETARIA DO TESOURO
CETI	COMITÊ EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CF	CONFORME
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CFTV	CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CO ²	GÁS CARBÔNICO
COPEL	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
COVID -19	CORONA VIRUS DISEASE – DOENÇA DO CORONAVÍRUS - 2019
CRC	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
CTF	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
DF	DISTRITO FEDERAL
DFC	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DFT	DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO
DG	DIREÇÃO GERAL
DJE	DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
DOU	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
DVP	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
ELO	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ELEITOR
EPI	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL
ENSEC – PJ	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO
ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
ESOCIAL	SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS
EXMO	EXCELENTE
FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
GAB-DG	GABINETE DO DIRETOR GERAL
GOV	GOVERNO
GOVPUBLI	ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA
GSE	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
HP	HEWLETT-PACKARD DEVELOPMENT COMPANY
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IEC	INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE PADRONIZAÇÃO)
IGOV	ÍNDICE DE GOVERNANÇA
IGOVPESSOAS	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS
IGOVTI	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI
IGOVTIC-JUD	ÍNDICE DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TIC NO PODER JUDICIÁRIO
IGP-M	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO

IN	INSTRUÇÃO NORMATIVA
INFODIP	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ÓBITOS E DE DIREITOS POLÍTICOS
IP	INTERNET PROTOCOL
IPCA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
ISO	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE NORMALIZAÇÃO
KG	QUILOGRAMA
KWH	QUILOWATT-HORA
LGBT	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS
LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
LIBRAS	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
LIODS	LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
M3	METROS CÚBICOS
MAQ	MÁQUINA
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
MPOG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Nº	NÚMERO
NBCT	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
NBR	NORMA TÉCNICA
OAB/PR	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OE	OBJETIVO ESTRATÉGICO
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
PAA	PLANO ANUAL DE AUDITORIA
PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
PAC	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL
PALP	PLANO DE AUDITORIA A LONGO PRAZO
PDI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL
PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PJ	PESSOA JURÍDICA
PJ	PODER JUDICIÁRIO
PJE	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PORTAL BI	PORTAL BUSINESS INTELLIGENCE
PQVT	PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
PRES	PRESIDÊNCIA
PTPID	PROJETOS TÉCNICOS DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E A DESASTRE
RES	RESOLUÇÃO
ROHS	RESTRICTION OF CERTAIN HAZARDOUS SUBSTANCES
RP	RESTOS A PAGAR
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
SADP	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS
SECAUDI	SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SECGA	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SECGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SECGS	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
SECOFC	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SECTI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SGS	SEÇÃO DE GESTÃO DE SERVIÇOS
SGRH	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

SIOFI	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS
SOF	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE TSE
SPCO	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
SRP	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
SPIUNET	SISTEMA DE GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO
SPU	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
STN	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUP	SUPLEMENTAR
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TIA	TELECOMMUNICATIONS INDUSTRY ASSOCIATION
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TJ/PR	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
TPS	TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA
TRE-PR	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
TRE-PA	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UFV	USINA FOTOVOLTAICA
UN	UNIDADE
UPC	UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

SUMÁRIO

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	12
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	28
Governança, Estratégia e Desempenho	35
Estratégia.....	36
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor	37
Valores Entregues à Sociedade	38
Resultados.....	41
Objetivos Estratégicos	43
Unidades da Gestão.....	53
Informações Orçamentárias e Financeiras	53
Gestão de Pessoas	67
Gestão de Licitações e Contratos	77
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	84
Gestão da Tecnologia da Informação	89
Unidades da Gestão Sustentabilidade Ambiental.....	93
Supervisão, Controle e Correição	100
Informações Contábeis	101
Anexos e Apêndices	113



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

.....

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas Eleitorais em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

Juntas Eleitorais



Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia



Visão Institucional

Ser reconhecida pela excelência quanto à segurança e à transparência do processo eleitoral



Valores

Integridade - Confiabilidade
Inovação - Transparência
Valorização das pessoas
Economicidade - Sustentabilidade
Acessibilidade

PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO



Regimento Interno do Tribunal – [Resolução 792/2017](#)
Regulamento da Secretaria – [Resolução 878/2021](#)



Código de Ética - [Resolução nº 709/2015](#)
Programa de Integridade - [Resolução nº 845/2019](#)



Normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),
pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Manutenção do cadastro eleitoral atualizado.

Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos.

Processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais.

Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos.

Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.

O Paraná possui 5,50% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>).

PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS



Eleitores

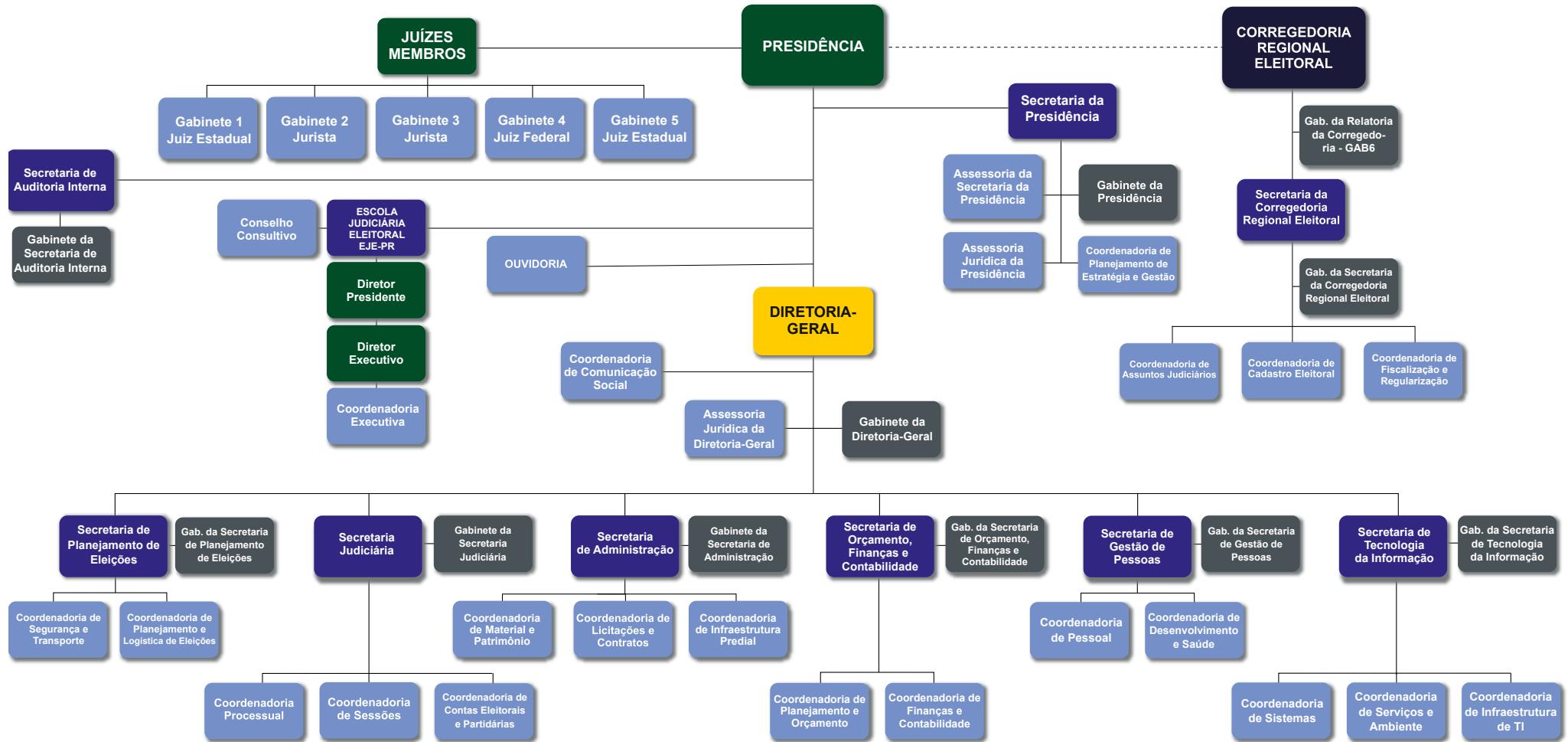


Partidos Políticos



Sociedade

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Saiba mais [aqui](#).

JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ EM NÚMEROS

Eleitores 8.075.138	Zonas Eleitorais 186	Seções Eleitorais 25.779	Locais de Votação 4.759
Urnas eletrônicas 25.686	Partidos Políticos 29 órgãos estaduais 4.192 órgãos municipais	Pessoas Atendidas pela EJE 287.366	Servidores 864
Juízes Eleitorais 186	Membros da Corte 07	Casos Novos 1º Grau – 11.236 2º Grau – 2.945	Orçamento R\$ 373.329.869,44

ALTA ADMINISTRAÇÃO



DESEMBARGADOR TITO CAMPOS DE PAULA

Ingressou na carreira da magistratura do Paraná em 1989, tendo exercido suas funções nas seguintes comarcas: Medianeira (seção judiciária); Coronel Vivida, Ribeirão Claro, Pitanga, Foz do Iguaçu e Curitiba. Em maio de 2004 foi removido para o cargo de juiz de direito substituto de 2º Grau, tendo atuado principalmente junto à 4ª Câmara Criminal do TJPR. Exerceu a função de Juiz Eleitoral em todas as comarcas em que foi titular, exceto Foz do Iguaçu. No dia 15 de março de 2013, tomou posse como desembargador do Tribunal de Justiça. No período de 18/04/2017 a 31/01/2019 atuou como desembargador substituto no TRE-PR. Entre 01/02/2019 e 31/01/2020 exerceu nesta justiça especializada as funções de vice-presidente e corregedor regional eleitoral. Em 01/02/2020 foi nomeado presidente do TRE-PR.



DESEMBARGADOR VITOR ROBERTO SILVA

É Juiz de direito no Estado do Paraná desde 21/06/1990, tendo exercido suas funções nas comarcas de Capitão Leônidas Marques, Engenheiro Beltrão, Assis Chateaubriand, Goioerê, Cianorte, Cascavel e Londrina. Exerceu a função de Juiz Eleitoral em todas as Comarcas, exceto Assis Chateaubriand e Cianorte. Foi removido para o cargo de juiz de direito substituto em 2º Grau em maio de 2002. Em 17 de fevereiro de 2014 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Desde 01/02/2020 exerce o cargo de Vice-Presidente e Corregedor o TRE-PR.



VALCIR MOMBACH

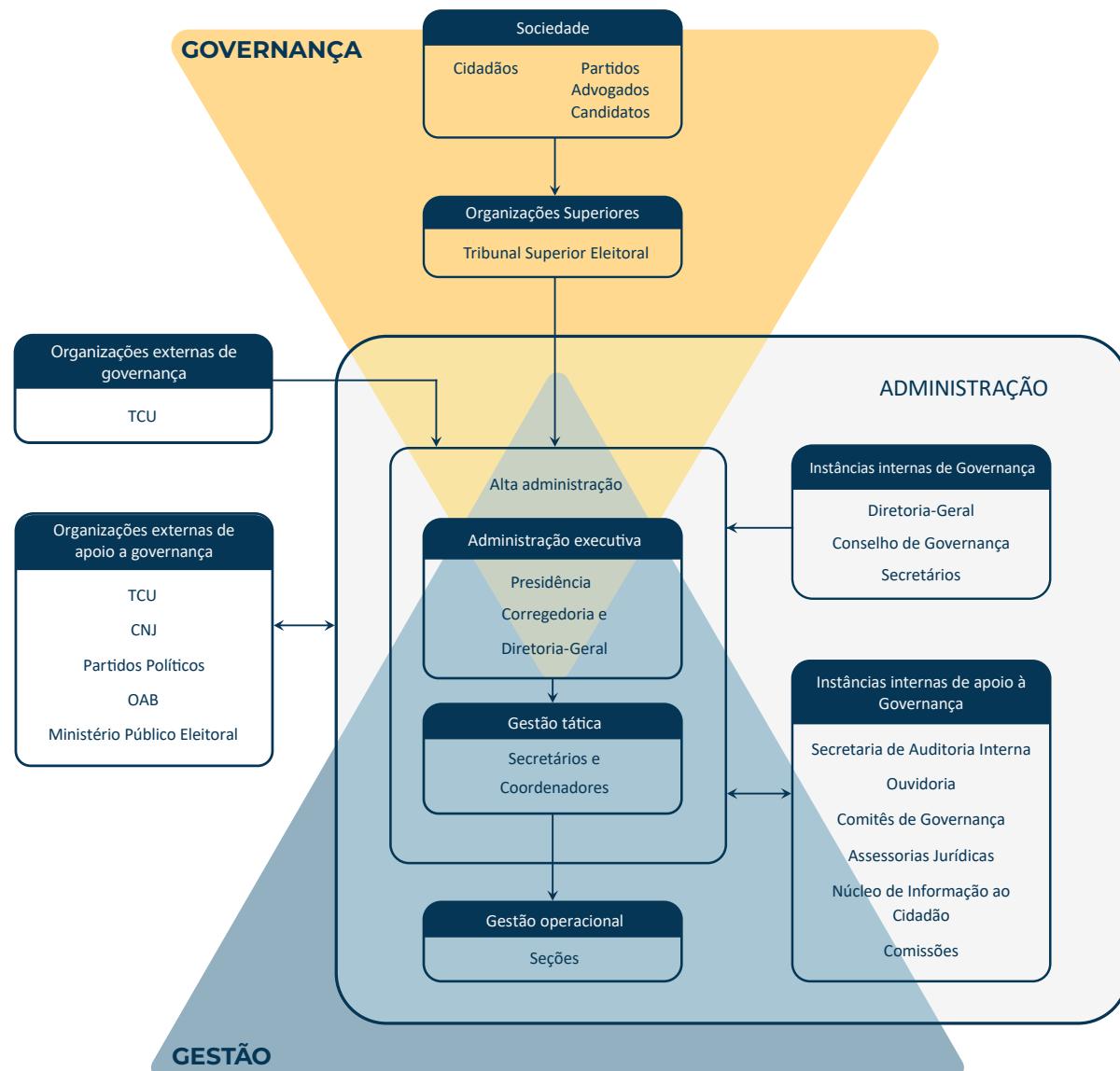
Graduado em direito e servidor do TRE-PR desde 05/02/1990, exerceu as funções de assessor da diretoria-geral, secretário de planejamento, estratégia e gestão, e ainda, secretário de orçamento, finanças e contabilidade. Em 05/02/2019 foi nomeado diretor-geral da instituição.

ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão.

Conforme a Resolução TRE-PR nº 876/2021, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões.

Saiba mais sobre governança [aqui](#).



GOVERNANÇA

- Avaliação do ambiente, cenários, desempenho e resultados atuais e futuros
- Definição do direcionamento estratégico
- Monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento das políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e expectativas das partes interessadas
- Orientação da gestão
- Envolvimento das partes interessadas
- Gerenciamento de riscos estratégicos
- Avaliação do sistema de gestão e de controle
- Promoção da prestação de contas e da transparência

MODELO DE GOVERNANÇA

01

Conselho de Governança

Compete ao Conselho de Governança avaliar, direcionar e monitorar a gestão da instituição, especialmente quanto ao alcance das metas estabelecidas, bem como deliberar sobre temas estratégicos. As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente em caso de empate.

02

Comitês

Aos Comitês compete a análise de temas específicos, de caráter permanente, alinhados com as matérias de competência do Conselho de Governança, incumbindo-lhe entre outros, manifestar-se sobre projetos e ações da sua área de atuação; propor ao Conselho de Governança ou Alta Administração o estabelecimento de metas e diretrizes gerais de gestão; definir estratégias para aumentar a produtividade e eficiência; propor normas de funcionamento e de políticas relativas aos seus temas; definir os riscos que serão tratados e mapeados; propor a criação de comissões ou grupos de trabalho; promover a divulgação de boas práticas.

Os Comitês pertencentes à Governança estão previstos na Res. TRE/PR nº 876/2021.

03

Comissões

São instituídas a critério da administração e responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês.

MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.



Cadastramento eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado



Processo Eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral



Judicância

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal



Relacionamento com a Sociedade

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação, e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política

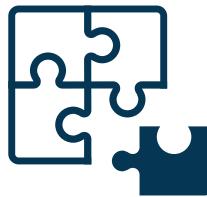
CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, consequentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 perspectivas:



Processos de Governança

Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade



Processos finalísticos

Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional (gestão do cadastro eleitoral, eleições, prestação jurisdicional, educação e cidadania). Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos



Processo de suporte

Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais (gestão administrativa, de serviços, orçamentária contábil e financeira, de pessoas, de tecnologia e informação)

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência.

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o TRE-PR mantém atualizado o [Portal Transparência e Prestação de Contas](#).

Desde 2019 o Tribunal transmite as sessões de julgamento ao vivo, por meio do canal no [YouTube](#).

Audiências e Consultas Públicas

Com a finalidade de abordar assuntos relacionados à segurança do voto e ao planejamento das Eleições Gerais de 2022, foram realizadas audiências públicas em União da Vitória, Guarapuava, Telêmaco Borba e Castro.

O TRE-PR divulgou, ainda, as Consultas Públicas promovidas pelo TSE e CNJ buscando a contribuição da sociedade para definição das Metas Nacionais aplicáveis à da Justiça Eleitoral no ano de 2022. Saiba mais [aqui](#).

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2021 o TRE-PR cumpriu 91,75% dos itens relativos à transparência ativa e passiva.

Saiba mais em <https://www.cnj.jus.br/ranking-da-transparencia-2020/>

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Atendimento Pessoal

Capital: Rua João Parolin nº 55 e 224,
Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8500

Interior: endereço e telefones disponíveis
em <https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>

Segunda à sexta-feira, das 12 às 18h.

Internet: <http://www.tre-pr.jus.br/>

Redes Sociais e Meios Digitais de Comunicação



<https://www.facebook.com/treparana/>



<http://www.twitter.com/treparana>



<https://www.instagram.com/treparana/>



<https://www.flickr.com/photos/tre-pr/>



<https://www.youtube.com/treparana>



<https://soundcloud.com/treparana>



https://www.tiktok.com/@tre_pr

Rádio Eleitoral para Todos: www.spotify.com/trepr

Canal do mesário: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/mesario-voluntario/canal-do-mesario>

Ouvidoria

Rua João Parolin nº 224, Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8474

Disque- eleitor: 0800-640-8400

WhatsApp: (41) 99631-9920

Segunda à sexta-feira, das 12 às 18 h.

[Fale conosco](#)

Internet: <https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria>

E-mail: ouvidoria@tre-pr.jus.br

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão:

<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-presentacao-de-contas/acesso-a-informacao>

Repositórios de informação disponíveis aos eleitores

[Carta de Serviços ao Cidadão](#) – objetiva informar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná, estimular a participação do cidadão e promover a melhoria da qualidade do atendimento. Encontra-se disponível no sítio do Tribunal, no link “[Eleitor e Eleições](#)”.

[Dúvidas Frequentes do Eleitor](#) - ferramenta pela qual podem ser acessadas as respostas aos questionamentos mais frequentes.

MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

A Resolução nº 860/2020 criou na estrutura do Tribunal a Assis-tência de Acessibilidade e Inclusão. O TRE-PR também possui, desde 2018, uma Comissão Permanente de Acessibilidade e In-clusão. Ambas atuam em conjunto com a missão de implementar medidas para a remoção de barreiras arquitetônicas, de comuni-cação e de atitudes, a fim de promover o acesso amplo e irrestrito à Justiça Eleitoral, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

As ações desenvolvidas pretendem tornar a Justiça Eleitoral do Paraná uma instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa.

Entre os instrumentos para acessibilidade digital o TRE-PR disponibiliza em sua página na internet textos para descrição de imagens e conteúdos de formulário, opções de contraste de tela e a Rybená, ferramenta que facilita o acesso e a compreensão dos conteúdos publicados a idosos, disléxicos, pessoas com difi-culdade de leitura e de compreensão de textos, surdos, deficien-tes visuais e pessoas com deficiências intelectuais.

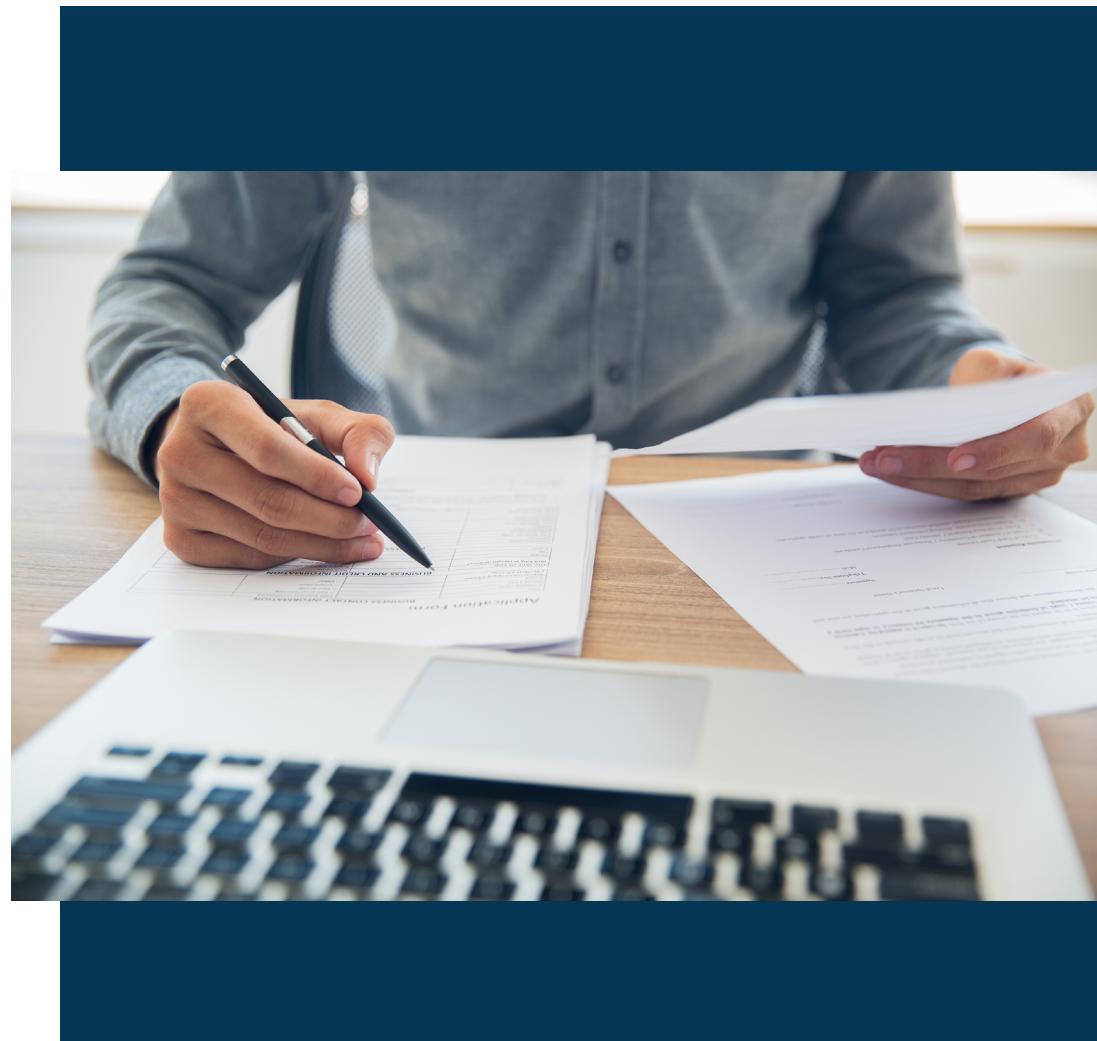
Desde 2020 o TRE-PR conta com o auxílio de um Coordena-dor de Acessibilidade, convocado para auxiliar os eleitores com deficiência nos locais de votação.



DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A definição dos temas abordados no Relatório de Gestão 2022 (ano base 2021) foi efetuada a partir dos temas abordados nas reuniões do Conselho de Governança, nas Reuniões de Análise da Estratégia, naquelas realizadas pelos Comitês de Gestão previstos na Resolução TRE-PR nº 876/2021 e nas Reuniões de Gestão – presididas pela Diretoria-Geral e realizadas semanalmente com a presença de todos os secretários. Também foram consideradas as deliberações adotadas pela instituição durante o ano para realização das adaptações necessárias para o cumprimento de suas atividades, especialmente em decorrência das restrições impostas pela pandemia (COVID-19) e as expectativas da sociedade quanto às informações a serem divulgadas pelo Tribunal relativas à sua gestão administrativa e financeira.

No ano de 2021 tiveram destaque as atividades relativas à digitalização das ações judiciais iniciadas em meio físico para processamento em meio eletrônico, implementação do balcão virtual, atendimento ao eleitor por meio eletrônico, projeto de apoio remoto às zonas eleitorais, adaptações nos procedimentos internos para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, adaptações para o retorno ao trabalho presencial, realização de auditoria eletrônica na Eleição Suplementar de Francisco Alves e elaboração do planejamento das Eleições.



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

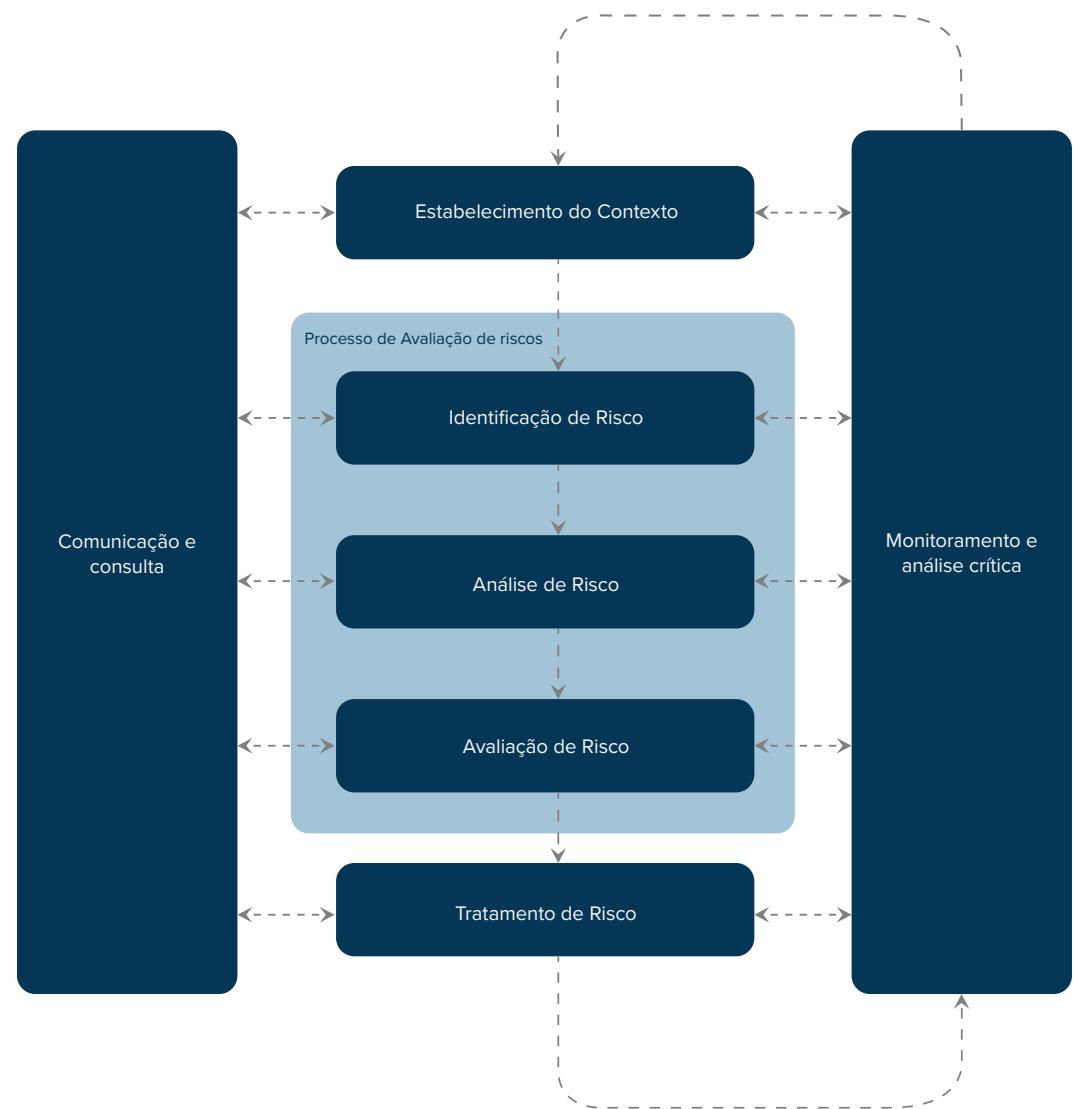
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos, instituída no TRE-PR pela Resolução nº 775/2017, foi revisada e aperfeiçoada pela Portaria nº 423/2021. O novo normativo sistematizou as práticas adotadas pelo Tribunal, prevendo objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades e a metodologia a ser observada por todas as unidades na gestão de riscos.

Saiba mais [aqui](#).



Princípios da Gestão de Riscos

Proteção aos valores institucionais

Integração aos processos organizacionais, projetos e planos de ação

Fomento à tomada de decisão subsidiada

Explicitações de incertezas e quaisquer limitações

Atuação dinâmica, sistemática, estruturada e oportuna

Consideração aos fatores humanos e culturais

Transparência, inclusão e resiliência

Apoio à melhoria contínua da instituição

Consideração de riscos e oportunidades

Interatividade entre unidades e comitês e entre comitês

Alinhamento à visão, à missão, à gestão institucional, a fim de assegurar, de forma razoável, o alcance dos objetivos

Gestores de riscos

No TRE-PR são considerados gestores de risco os responsáveis pelas unidades administrativas, pelos núcleos, comissões e grupos de trabalho

RISCOS E OPORTUNIDADES

Riscos e oportunidades estão diretamente relacionados à capacidade de gerar valor. Os principais riscos e oportunidades identificados em 2021 foram os seguintes:

Ausência de interesse da população pela atualização e regularização do cadastro eleitoral Impossibilidade do atendimento presencial dos eleitores (COVID-19)	<ul style="list-style-type: none">• Aperfeiçoamento do atendimento ao eleitor mediante a disponibilização de serviços on-line
Divulgação de informações inverídicas sobre o funcionamento da urna eletrônica	<ul style="list-style-type: none">• Interesse da sociedade sobre o funcionamento da urna eletrônica e o processo eleitoral
Falta de credibilidade quanto ao funcionamento da urna eletrônica e lisura do processo eleitoral	<ul style="list-style-type: none">• Combate à desinformação mediante campanhas para esclarecer à sociedade o funcionamento da urna eletrônica e as etapas do processo eleitoral• Realização de auditoria em Eleições Suplementares• Aproximação da Justiça Eleitoral da sociedade
Inviabilidade do trabalho presencial em razão da pandemia (COVID-19)	<ul style="list-style-type: none">• Inovações, aperfeiçoamento e alterações nos processos de trabalhos• Adoção de novas modalidades de trabalho, redução das despesas
Redução da força de trabalho em virtude da pandemia (COVID-19), seus efeitos na saúde emocional dos servidores e outras doenças	<ul style="list-style-type: none">• Realização de atividades destinada à preservação da saúde emocional, mental, prevenção de doenças e incentivo à adoção de hábitos saudáveis
Viabilidade da realização das eleições suplementares em razão da pandemia (COVID-19)	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhamento das orientações dos órgãos públicos sobre a pandemia, adoção de medidas para a realização das eleições com segurança

Desafios	Potenciais Implicações	Medidas Adotadas
Tornar a Justiça Eleitoral acessível às pessoas com deficiência	Dificuldade para o exercício de direitos políticos pelas pessoas com deficiência	Adaptação dos Fóruns Eleitorais, adoção de medidas referentes à acessibilidade digital, treinamento de servidores e colaboradores
Ausência de interesse da sociedade quanto ao processo político	Afastamento da população da Justiça Eleitoral	Realização de campanhas e atividades para desenvolvimento da consciência política Promoção de iniciativas para aproximação de estudantes da Justiça Eleitoral
Divulgação de Fake News	Ausência de credibilidade quanto à lisura do processo eleitoral	Realização de campanhas para esclarecer à população o funcionamento da urna eletrônica e o processo de totalização dos votos
Prazo exíguo para processamento dos pedidos de registro de candidatura	Comprometimento das atividades necessárias para realização do pleito	Capacitação dos servidores Designação de equipe de apoio para processamento das ações
Mesários despreparados para o desenvolvimento de suas atividades	Atendimento ineficiente da população nas eleições	Treinamento de mesários presencialmente e mediante cursos on line
Implementação da LGPD	Divulgação indevida de dados pessoais	Análise dos processos de trabalho, identificação de dados sensíveis, adoção de medidas para proteção dos dados pessoais
Mudança de hábitos e internalização de práticas sustentáveis	Consumo de recursos prescindíveis, aumento das despesas necessárias ao funcionamento da Justiça Eleitoral	Realização de campanhas para conscientização da força de trabalho sobre a adoção de práticas sustentáveis, alteração dos processos de trabalho
Atualização constante de TIC e proteção de dados	Comprometimento da eficiência das atividades desenvolvidas pelo Tribunal, invasão de sistemas	Atualização constante dos sistemas utilizados, aperfeiçoamento das medidas de segurança

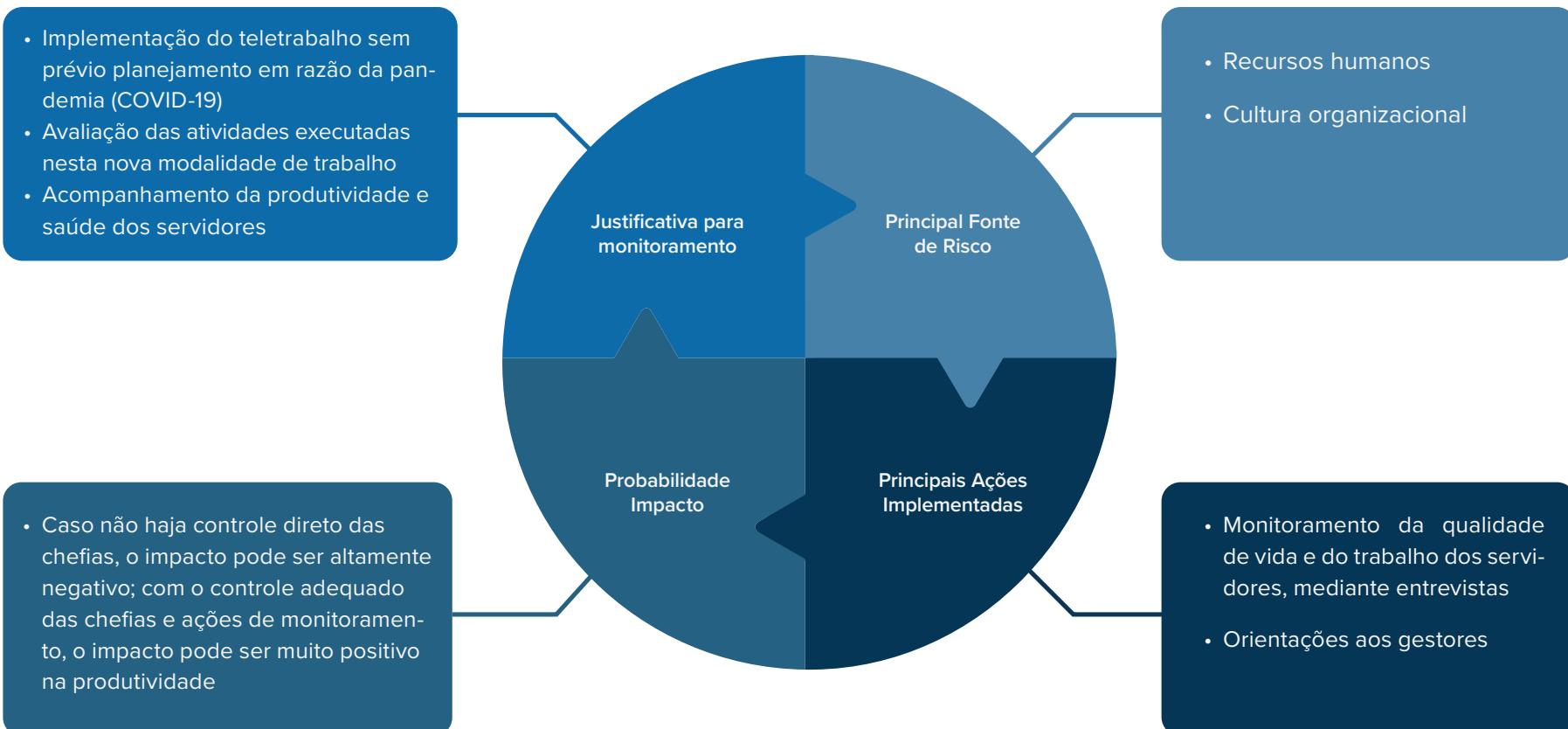
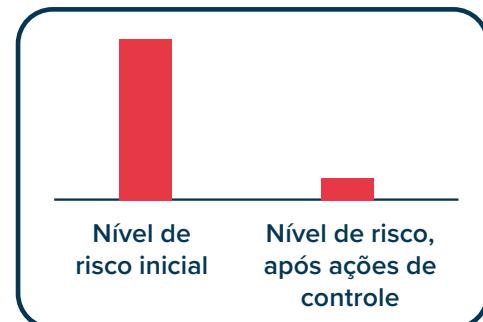
INCERTEZAS E DESAFIOS

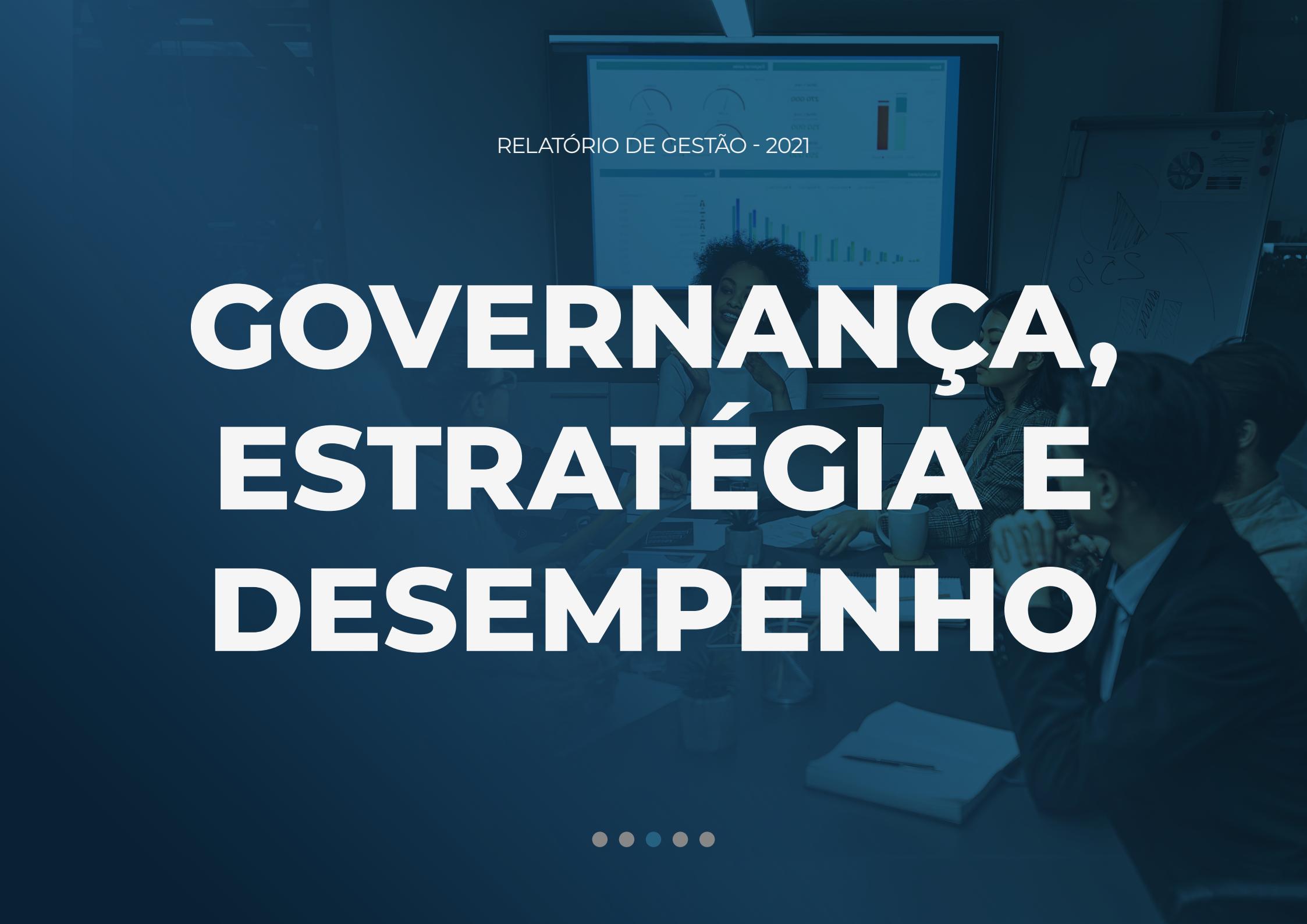
Incertezas e desafios se referem às dificuldades que poderão impactar a execução do Planejamento Estratégico – com prazo de vigência até 2026 – e o desempenho da instituição.

Aprovação da proposta orçamentária e disponibilização dos recursos financeiros pleiteados em sua integralidade	Comprometimento das atividades desempenhadas pelo Tribunal e da realização das eleições	Adoção de medidas para aperfeiçoar/alterar os processos de trabalho visando a redução dos custos
Existência de diversos interessados nas licitações necessárias para realização das eleições	Contratação direta de serviços, despesas superiores às previstas	Adoção de medidas para aperfeiçoar/alterar os processos de trabalho visando a redução dos custos
Adimplemento satisfatório das obrigações pelas contratadas	Contratação direta de serviços, despesas superiores às previstas	Análise criteriosa dos documentos apresentados pelas licitantes, designação de gestores para acompanhamento constante dos contratos
Redução da força de trabalho em razão de problemas de saúde decorrentes do excesso de trabalho durante o período eleitoral, doenças emocionais ou mentais	Comprometimento das atividades desempenhadas pelo Tribunal e da realização das eleições	Designação de equipe de apoio para as Zonas Eleitorais para reposição da força de trabalho e prevenção de afastamentos decorrentes do excesso de trabalho
Ocorrência de problemas técnicos em virtude da utilização de urnas eletrônicas tecnicamente defasadas em razão da data de sua fabricação	Contratação direta de serviços, despesas superiores às previstas	Realização de testes para avaliar o funcionamento dos equipamentos, agregação de seções eleitorais, solicitação ao TSE para aquisição de novos equipamentos
Dificuldades dos usuários externos para utilização do sistema PJe	Contratação direta de serviços, despesas superiores às previstas	Divulgação de instruções para utilização do sistema Designação de servidores para prestação de suporte aos usuários externos

RISCOS MONITORADOS

Em 2021 as unidades priorizaram o monitoramento de riscos setoriais. Em relação aos riscos estratégicos, priorizou-se o acompanhamento do trabalho remoto – diretamente relacionado ao objetivo estratégico “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”, especialmente em razão das restrições impostas pela pandemia (COVID-19).





RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



ESTRATÉGIA

Ao elaborar o planejamento estratégico para o período de 2021-2026 (Resolução TRE-PR nº 874/2021), o TRE-PR estabeleceu como diretriz para sua atuação a excelência quanto ao processo eleitoral, especialmente quanto à segurança e à transparência.

Além do planejamento estratégico, direcionaram as atividades do Tribunal, o Plano de Gestão 2020-2022 (Portaria TRE-PR nº 418/2020), os Planos de Ação para cumprimento das Metas Nacionais e Específicas aplicáveis ao seguimento da Justiça Eleitoral, o Plano de Logística Sustentável e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Para definição das ações a serem priorizadas pela instituição no exercício de 2021 foram consideradas as orientações do CNJ, TSE e TCU, como também as expectativas da sociedade, especialmente quanto à qualidade dos serviços públicos, segurança do processo eleitoral, prestação jurisdicional e transparência da atuação.

Os indicadores e as metas estabelecidas permitiram ao Conselho de Governança acompanhar o desempenho das atividades e determinar providências, quando necessário, para que os resultados almejados fossem atingidos.

- Saiba mais em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico>.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Sociedade

- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Processos Internos

- Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Promoção da sustentabilidade
- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Aprendizado e Crescimento

- Aperfeiçoamento de gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e proteção de dados

APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

A Diretoria-Geral promoveu Reuniões de Gestão semanais – presenciais ou via plataforma eletrônica – das quais participaram todos os Secretários do Tribunal ou seus substitutos e, quando oportuno, representantes de unidades específicas.

Durante o exercício, o Conselho de Governança e o Comitê de Gestão Estratégica auxiliaram as unidades do Tribunal na definição das ações a serem priorizadas, propuseram medidas e ajustes na condução dos trabalhos, avaliaram os riscos existentes e os esforços a serem empregados. Em todas as ocasiões foram considerados os valores entregues e os benefícios obtidos em favor da sociedade.

Os indicadores previstos no Planejamento Estratégico, as ações estabelecidas no Plano de Gestão e o percentual de cumprimento das Metas Nacionais e Específicas foram monitorados periodicamente pela Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições. Os resultados obtidos foram apresentados ao Conselho de Governança e ao Comitê de Gestão Estratégica, ocasião em que os resultados e as dificuldades para cumprimento das metas e objetivos estratégicos foram analisadas de forma integrada.

Os Comitês de Gestão, dentro da sua área de atuação, foram responsáveis por viabilizar a implementação das ações cuja execução foi determinada pela alta administração, como também por identificar as medidas necessárias, as dificuldades existentes e os riscos envolvidos. Dessa maneira, subsidiaram as decisões do Conselho relativas a questões estratégicas para a instituição.



VALORES ENTREGUES À SOCIEDADE

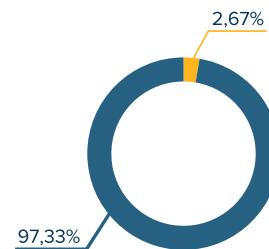
Cadastro Eleitoral

Relação - Eleitores e População



Biometria

■ Com Biometria
■ Sem Biometria



Fonte TSE

11.516.840
População Estimada
2019 - IBGE

8.075.138
Eleitores Regulares

139.026
Alistamentos

37.930
Transferências

27.798
Suspensões

90.054
Cancelamentos

*Fonte: Portal BI TRE-PR

Saiba mais em: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/transparencia-e-prestacao-de-contas>

Relacionamento com a Sociedade

As principais atividades realizadas para promover a conscientização política e ampliar o relacionamento com a sociedade estão relacionadas abaixo. Os eventos foram divulgados na página do tribunal.

Live "Processo Eleitoral" - Projeto Você e o voto #Mecontaa!

Live "Segurança da Urna Eletrônica"

Live "Voz e a Vez da Juventude: Participação Política e Democracia"

Live "O Poder Judiciário e os excluídos digitais"

Live "Participação das minorias no processo eleitoral"

Live "Democracia e Universidade: Caminhos que se unem"

Live "Mecanismo da inclusão das mulheres na política: o caso das cotas no Brasil 89"

Live "Casos Emblemáticos na Suprema Corte Americana em matéria eleitoral"

Curso "Mulheres na política: Construindo candidaturas 2022"

Roda de Conversa on line: "Mulheres, Inspiração e Poder"

23ª edição do Café Cultural, com o tema "Enfrentando a violência contra a mulher: da conscientização à ação"

Projetos Parlamento Jovem e Eleitor do Futuro

Projeto Eleitor do Futuro

Cartilha de Linguagem Cidadã

Vídeos "Justiça Eleitoral Explica"

Projeto "Cabina de Informação"

Laboratório de Inteligência, Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – LIODS

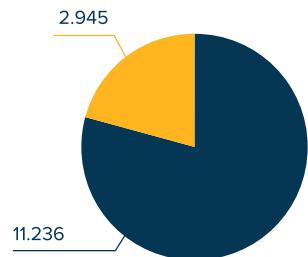
Campanhas em diversos meios de comunicação (TV, rádio, página oficial, redes sociais e YouTube)

Visita com ação educativa no Centro municipal de Educação Eucalipto

Prestação Jurisdicional

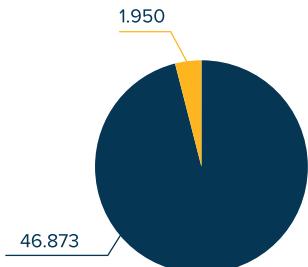
Total de Processos

- 1º Grau
- 2º Grau



Processos Julgados

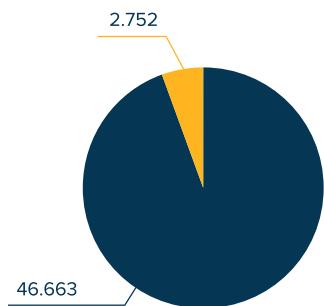
- 1º Grau
- 2º Grau



107
Sessões de Julgamento
2º Grau

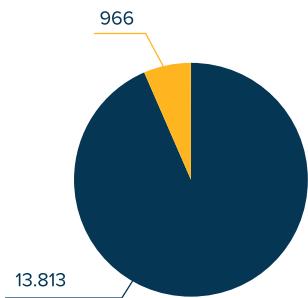
Sentenças Proferidas

- 1º Grau
- 2º Grau



Decisões Proferidas

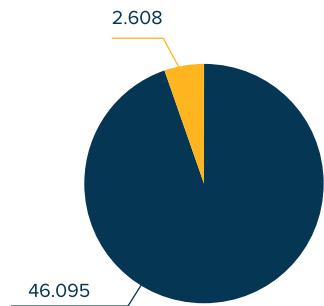
- 1º Grau
- 2º Grau



39
Liminares - 2º Grau

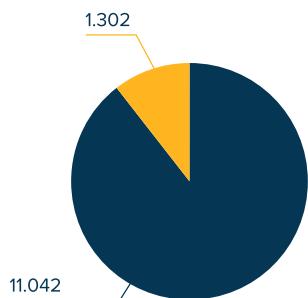
Despachos Proferidos

- 1º Grau
- 2º Grau



Processos em Trâmite

- 1º Grau
- 2º Grau



278
Audiências - 1º grau

*Fontes: Portal BI TRE-PR e PJE

Eleições 2021

No ano de 2021 foram realizadas eleições suplementares nos municípios de Munhoz de Melo, Francisco Alves e Nova Prata do Iguaçu para eleição de Prefeitos e Vice-Prefeitos.

A realização das Eleições Suplementares decorreu do indeferimento, pela Justiça Eleitoral, do registro dos candidatos mais votados e inelegibilidade decorrente da desaprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O orçamento total destinado para realização dos pleitos foi de R\$ 251.358,16.

Munhoz de Melo

Motivação: Indeferimento do registro de candidatura
Orçamento: R\$ 34.373,89
Eleitores: 3.310
Comparecimento: 2.830
Abstenções: 480
Locais de votação: 2
Seções eleitorais: 11
Urnas eletrônicas utilizadas: 11
contingência: 5
substituídas: 0
Mesários Convocados: 44

Nova Prata do Iguaçu

Motivação: Indeferimento do registro de candidatura
Orçamento: R\$ 51.702,69
Eleitores: 8.329
Comparecimento: 6.903
Abstenções: 1.426
Locais de votação: 10
Seções eleitorais: 26
Urnas eletrônicas utilizadas: 24
contingência: 5
substituídas: 0
Mesários Convocados: 96

Francisco Alves

Motivação: candidato eleito considerado inelegível após a desaprovação das contas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Orçamento: 165.281,58
Eleitores: 5.853
Comparecimento: 4.447
Abstenções: 1.406
Locais de votação: 4
Seções eleitorais: 21
Urnas eletrônicas utilizadas: 11
contingência: 6
substituídas: 0
Mesários Convocados: 44

RESULTADOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, PLANO DE GESTÃO, METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS

Indicadores

Os objetivos estratégicos direcionaram a atuação de todo o Tribunal. Para mensurar os avanços obtidos, foram estabelecidos 33 indicadores para o período de 2021-2026 e definidas as metas anuais a serem atingidas.

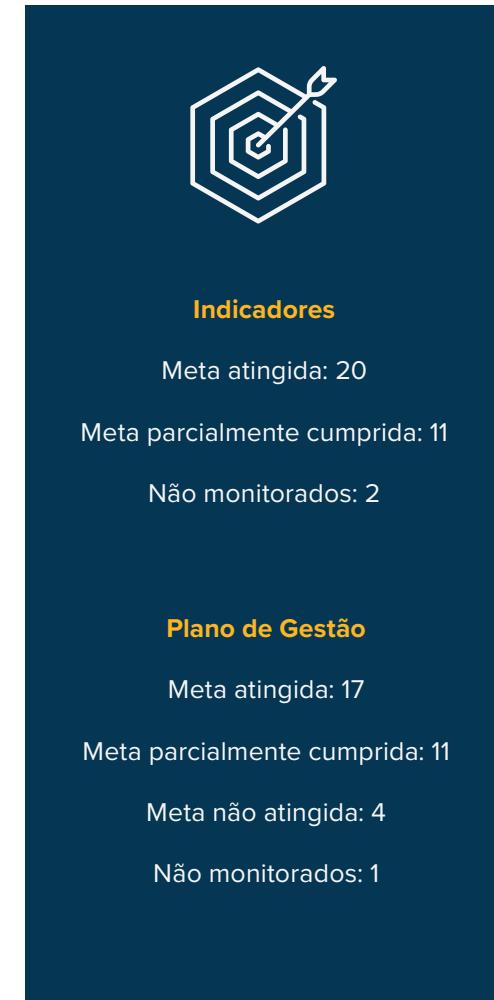
Em 2021, as metas foram atingidas em 21 indicadores. Cabe observar que os indicadores “Índice de conformidade na Auditoria da Votação Eletrônica” e “Índice de cumprimento das ações previstas no Projeto Eleições” são monitorados apenas em anos eleitorais.

Saiba mais [aqui](#).

Plano de Gestão

O Plano de Gestão (Portaria TRE-PR nº 418/2020) contemplou 33 ações – todas relacionadas aos objetivos previstos na Resolução TRE-PR nº 826/2019, posteriormente revisados pela Resolução nº 874/2021 – estabelecendo diretrizes para a gestão do Exmo. Desembargador Tito Campos de Paula (fevereiro/2020 a janeiro/2022). Os projetos estabelecidos para a gestão foram prejudicados pela pandemia, sendo que uma das ações previstas chegou a ser cancelada e 4 foram encerradas sem que as metas estabelecidas fossem atingidas. Entre as 28 ações restantes 17 foram concluídas integralmente e 11 continuarão a ser executadas no ano de 2022.

Saiba mais [aqui](#).



Metas Nacionais e Específicas

As Metas Nacionais e Específicas do Poder Judiciário foram aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário promovido pelo CNJ.

Em 2021, o segmento da Justiça Eleitoral assumiu o compromisso de perseguir o cumprimento das seguintes Metas:

Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual Resultado: 98,52%
Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal Resultado: 105,16%
Meta Nacional 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal Resultado: 172,03% (Eleições 2020) 104,93% (Eleições 2018) - *Resultado extraído do PJE
Meta Nacional 9 – Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal elaborar e encaminhar o plano de ação com o ODS escolhido (50% da meta) e executá-lo (50% da meta) Resultado: 100%
Meta Nacional 10 – Promover a saúde de magistrados e servidores	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano, o tribunal houver promovido em 2021 pelo menos uma ação com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior Resultado: 100%
Meta Específica 1 – Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral	Critério de Cumprimento: Somatória de quesitos previstos no glossário (P1+P2+P3+P4+P5+P6) Resultado: 100%

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE 1 – GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais (CF, art 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos das minorias e a inclusão e acessibilidade a todos(as).

Principais Iniciativas: facilitar o acesso aos serviços da Justiça Eleitoral; ampliar ações para a educação cidadã; lançamento da série “Justiça Eleitoral Explica” em plataformas digitais para esclarecer dúvidas do eleitorado; disponibilização de curso voltado às mulheres com a finalidade de ampliar as candidaturas femininas; execução de adequações físicas nos prédios da Justiça Eleitoral do Paraná destinadas a promover a acessibilidade; disponibilização de intérprete de libras em eventos virtuais; disponibilização de audio-descrição em fotos da intranet e portal; elaboração de cartilha de acessibilidade direcionada aos servidores do tribunal; realização de campanhas para sensibilização do público interno e externo em relação à acessibilidade; criação de grupo de estudo para avaliar e aperfeiçoar a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos do TRE-PR, garantindo o pleno acesso as informações às pessoas com deficiência; orientações do corpo funcional com a finalidade de reprimir a intolerância de gênero, religiosa, LGBTfobia e o capacitismo; adesão à campanha “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica” promovida pelo CNJ; incentivo à utilização da linguagem cidadã; início do mapeamento das atividades do tribunal para cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.

Principais Resultados: melhoria do acesso às informações, inclusive com a utilização das redes sociais, tornando a localização dos serviços mais fácil para a sociedade; realização de ações de educação cidadã (287.254 pessoas atendidas); realização do 1º Encontro Nacional de Ouvidorias Públicas, com o intuito de aprimoramento institucional e de servidores (público estimado em 4.200 participantes); aperfeiçoamento do atendimento à sociedade; aperfeiçoamento da comunicação com a população; aprimoramento dos procedimentos para proteção dos dados pessoais.

Ind. 1. Índice de adequação das instalações físicas à acessibilidade

Meta	Resultado
Adaptar 7 imóveis da Justiça Eleitoral para as pessoas com deficiência	60 imóveis adaptados

Ind. 2. Quantitativo de pessoas beneficiadas pelas ações

Meta	Resultado
Alcançar 2.500 pessoas	287.254 pessoas atingidas

Ind. 3. Indicador de desempenho

Meta	Resultado
Percentual de indicadores que atingiram igual ou superior a 80%	70%

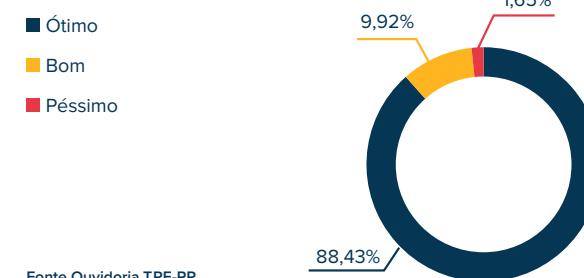
OE2 – FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora de direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do estado e da sociedade civil.

Principais Iniciativas: facilitar o acesso à informação; aperfeiçoar o Portal da Transparência; fomentar a participação cidadã; ampliar a publicidade dos serviços e informações nos canais de comunicação; implementar melhorias nos meios de comunicação utilizados para aperfeiçoar a interação com a sociedade; abordar temas como mulheres na política, diversidade racial e de gênero, combate à desinformação, acessibilidade, sustentabilidade, jovens na política e voto maduro nas mídias sociais; implementar sistema informatizado de controle de atendimentos da Ouvidoria; promover transformação digital.

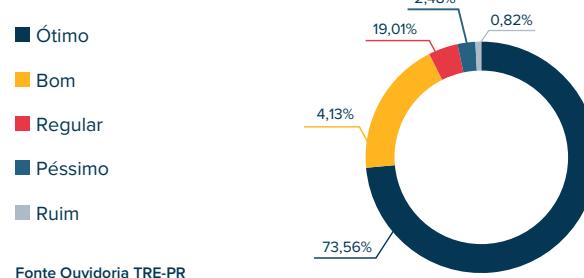
Principais Resultados: realização de audiências públicas; implantação de melhorias no Portal da Transparência e nas principais abas do site do TRE-PR; maior envolvimento das escolas nas atividades e projetos desenvolvidos, como por exemplo o concurso de vídeos do projeto Você e o voto e #MeContaaí!, que proporcionaram relevantes produções sobre o tema democracia e cidadania; significativa participação e interação do público nas lives realizadas, participação de diversos municípios e também outros estados no curso “Mulheres na Política: Construindo Candidaturas 2022”; divulgação semanal de informações sobre o processo eleitoral e serviços ao eleitor pelas 520 emissoras de radiodifusão existentes no estado; aumento no número de mesários voluntários por meio do projeto

Universidade Amiga da Justiça Eleitoral; combate à desinformação com o projeto Gralha Confere; produção de conteúdo em linguagem simples e inclusiva (incluindo os conteúdos oficiais) com o Projeto Linguagem Cidadã; promoção de ações de desjudicialização, em parceria com o LIODS do TRE-PR, de litígios voltadas às ODS da Agenda 2030 e com o projeto Você Sabia, sabia?, respostas à 6.152 questionamentos dirigidos à Ouvidoria; efetivação de 89% dos títulos eleitorais pelo sistema título net.

Qualidade do Atendimento



Solução do Problema



Ind. 4. Índice de cumprimento dos requisitos do Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Meta	Resultado
91% de respostas afirmativas ao questionário aplicado pelo CNJ	91,75% de respostas afirmativas

Ind.5. Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria

Meta	Resultado
2 dias úteis	0,112 dias úteis

Ind.6. Índice de acesso às mídias digitais da Justiça Eleitoral do Paraná

Meta	Resultado
Alcançar 50.000 seguidores	83.558 seguidores

Ind.7. Índice de serviços digitais

Meta	Resultado
Aumentar a oferta de serviços digitais em 10%	95% de serviços digitais disponibilizados

OE 3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL: está relacionado à objetivos e iniciativas que visam garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: realizar simulado nas urnas eletrônicas; padronizar o atendimento aos eleitores; instruir mesário quanto aos procedimentos de identificação biométrica do (a) eleitor(a); realizar campanhas com objetivo de esclarecer à sociedade o funcionamento da urna eletrônica e o processo de totalização dos votos; divulgar o processo eleitoral de maneira clara; combater a desinformação; aperfeiçoar a segurança do ambiente tecnológico; reuniões gerais e setoriais; divulgação do Teste Público de Segurança (TPS) do Sistema Eletrônico de Votação; divulgação das medidas anunciadas pelo TSE destinadas à aumentar a transparência do sistema eletrônico de votação.

Principais Resultados: capacitação adequada dos mesários e colaboradores para a realização dos trabalhos nas Eleições Suplementares; realização de auditoria da votação na Eleição Suplementar de Francisco Alves, que comprovou a legitimidade do processo eleitoral realizado no Município; promoção de lives sobre a segurança da urna eletrônica com a participação de 168 estudantes; divulgação do processo eleitoral em diferentes canais de comunicação e nos mais variados formatos (vídeos, cards, cartilhas, material gráfico, etc); criação de um canal oficial de comunicação do TRE-PR, o Eleitoral na Mídia; viabilização da formação de uma rede de combate à desinformação por intermédio do projeto Gralha Confere; renovação do parque de urnas mediante a aquisição, com orçamento próprio do TSE, de 1.520 urnas eletrônicas novas.



OE 4 – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL: tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedural na tramitação dos processos judiciais. Visa também a obter soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: capacitar magistrados e servidores lotados nas Zonas Eleitorais e gabinetes; aperfeiçoar as ferramentas de controle da tramitação processual; executar as ações previstas no plano de trabalho destinado a monitorar os processos paralisados há mais de 30 dias ou com excesso de prazo de conclusão; incentivar o aperfeiçoamento da atividade jurisdicional e das serventias judiciais; discussão de melhorias no processo eleitoral com servidores e autoridades eleitorais (evento Prepara); digitalização dos processos judiciais físicos ainda em trâmite; lançamento da Wiki Eleições 2022.

Principais Resultados: corpo funcional tecnicamente apto para desenvolver as suas funções; melhoria do desempenho funcional; capacitação de 56 magistrados em matéria eleitoral, redução do número de processos paralisados de 4.710 para 2.921; atualização das orientações processuais e procedimentais para os servidores; realização de correições ordinárias em todas as Zonas Eleitorais; trâmite de todos os processos judiciais em meio eletrônico; implantação do Balcão Virtual e da Justiça 100% Digital.

Ind. 10. Índice de cumprimento da Meta Nacional 1 do PJ em 1º grau

Meta	Resultado
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	98,23%

Ind.11. Índice de cumprimento da Meta Nacional 1 do PJ em 2º grau

Meta	Resultado
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente	105,30%

Ind.12.Índice de cumprimento da Meta Nacional 2 do PJ em 1º grau

Meta	Resultado
Julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019	102,83%

Ind.13.Índice de cumprimento da Meta Nacional 2 do PJ em 2º grau

Meta	Resultado
Julgar, até 31/12/2021, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2019	106,31%

OE 5 – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS: conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação de processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: executar as ações previstas no plano de trabalho destinado a monitorar os processos paralisados há mais de 30 dias ou com excesso de prazo de conclusão; realizar ações para promoção do programa de integridade; realizar correições e inspeções nas Zonas Eleitorais; digitalização dos processos judiciais físicos ainda em trâmite.

Principais Resultados: publicação do Plano de Integridade na internet e realização de campanhas para sua divulgação; constituição da Comissão de Ética e Integridade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; implantação de ações de capacitação voltadas à Integridade, Compliance, governança e gestão de riscos; publicação da norma de planejamento das contratações; instrução de todos os processos de contratação e sancionatórios, com declarações atualizadas de sigilo, responsabilidade, confidencialidade e parentesco; monitoramento dos riscos dos contratos de reformas prediais sob demanda; monitoramento dos riscos de realização de horas extraordinárias, com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário – GSE; monitoramento dos riscos de conduta inapropriada em redes sociais; disseminação do conjunto de medidas institucionais de prevenção, detecção e punição de irregularidades; orientação aos servidores das Zonas Eleitorais correcionadas; padronização dos serviços executados; trâmite de todos os processos judiciais referentes à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais em meio eletrônico.

Ind. 14. Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do PJ em 1º grau

Meta	Resultado
Julgar 50% dos processos relativos às Eleições de 2020	172%

Ind.15. Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do PJ em 2º grau

Meta	Resultado
Julgar 90% dos processos relativos às Eleições de 2018	104,93% *resultado extraído do PJE

Ind.16. Índice de zonas eleitorais correcionadas e/ou inspecionadas (presencial ou à distância)

Meta	Resultado
Correcionar/inspecionar, no mínimo, 40 zonas eleitorais	58 zonas eleitorais correcionadas

OE 6 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

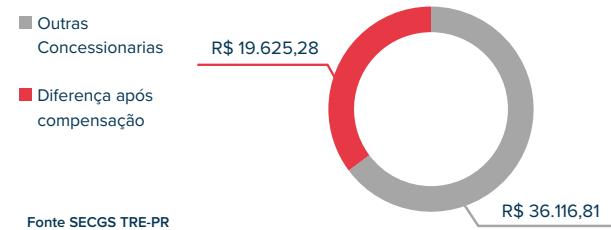
PRINCIPAIS INICIATIVAS: promover ações para sensibilização e capacitação do corpo funcional; promover ações que reduzam o consumo de recursos naturais, visando a eficiência dos gastos públicos; promover ações que reduzam o consumo de recursos plásticos priorizando, sempre que possível, a substituição por materiais sustentáveis; promover ações para o aperfeiçoamento da gestão de resíduos, implementar ações para garantir o cumprimento do plano de logística sustentável e promover a redução da emissão de CO₂; fomentar compras compartilhadas.

Principais Resultados: grande número de visualizações nas matérias educacionais publicadas; descontinuidade de mais de 160 itens que possuem plástico na sua composição; substituição de 10 itens com plástico na composição por materiais sustentáveis; publicação do Guia de Arborização; economia de escala com padronização dos materiais adquiridos e otimização da força de trabalho com o fomento das compras compartilhadas; identificação dos materiais plásticos que podem ser substituídos ou ter o uso descontinuado reduzindo o impacto ambiental; produção pela usina fotovoltaica do TRE-PR de energia suficiente para custear as despesas com energia elétrica de todos os imóveis da Justiça Eleitoral Paranaense, exceto aqueles não atendidos pela COPEL.

Energia Elétrica



Desembolso com energia



Ind.17. Índice de acompanhamento de sustentabilidade

Meta	Resultado
Reducir o consumo de recursos (água, energia, papel e combustível)	Consumo reduzido nos 4 insumos

Ind.18. Índice de contratações e aquisições com critérios de sustentabilidade

Meta	Resultado
Alcançar 85% do índice de contratações e aquisições	91,80% percentual de contratações e aquisições

Ind.19. Índice de compras compartilhadas

Meta	Resultado
Percentual de compras deve alcançar o percentual de 5%	3,28% percentual de compras compartilhadas

OE 7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA:

formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, magistrados(as), servidores(as), pela sociedade e pelos personagens do sistema de justiça.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: promover o aperfeiçoamento, a desburocratização e simplificação de processos internos; incentivar a utilização do Portal Business Intelligence (Portal BI) como ferramenta de gestão pública; acompanhar o levantamento da governança pública e gestão pública do TCU e propor ações visando o aperfeiçoamento da gestão; aperfeiçoar a gestão de continuidade de negócios; de gestores, sanear documentos e registros dos imóveis em uso pela Justiça Eleitoral do Paraná; aperfeiçoar a gestão de riscos; aprimorar a governança e a gestão de TI; promover a transformação digital; implantar um novo ambiente de colaboração digital; aquisição da ferramenta GoogleWorkspace; acompanhar o processamento dos procedimentos disciplinares.

Principais Resultados: redução dos riscos no processo de plano de saúde e no de contratações voltadas às eleições; agilização das contratações para cumprimento do prazo definido no PAC; criação do Núcleo de Cooperação Judiciária e Diploma On Line; aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho; revisão da Análise de Impacto de Negócios; regularização de 50 imóveis perante os Cartórios de Imóveis; realização do inventário de bens de consumo com critérios de sustentabilidade no formato Guia Verde; elaboração do manual de fiscalização de contratos e mapeamento da redução do consumo dos materiais em decorrência do trabalho remoto; atualização do normativo sobre gestão de riscos (Portaria TRE-PR 423/2021) criação do Grupo Permanente de Inteligência de Segurança Institucional do TRE-PR; realização do Termo de Cooperação Técnica entre o TRE-PR e o TJPR, com finalidade de aprimoramento dos serviços de segurança institucional e inteligência entre os órgãos; aperfeiçoamento da Política de Segurança do TRE-PR e do Plano de Segurança Institucional; aprimoramento dos trabalhos e estrutura necessária à Brigada de Incêndio do TRE-PR; conquista do 2º lugar no Prêmio Rede Governança Brasil; conquista de Prêmio da categoria Prata no Prêmio CNJ de Qualidade; definição do planejamento estratégico institucional 2021-2026 em alinhamento à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Ind. 20. Índice de cumprimento do iGovPubl

Meta	Resultado
Aumentar para 50% o índice iGovPubl	O índice aumentou em 88,8%

Ind. 21. Índice de cumprimento do iGovPessoas

Meta	Resultado
Aumentar para 60% o índice iGovPessoas	O índice aumentou em 81%

Ind. 22. Índice de cumprimento do iGov TI

Meta	Resultado
Aumentar para 40% o índice iGovPessoas	Índice mensurado em 79%

Ind. 23. Índice de licitações homologadas

Meta	Resultado
Ter 88% das licitações homologadas	Índice mensurado em 91,8%

Ind. 24. Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações

Meta	Resultado
Aumentar o grau de aderência ao PAC em 80%	Índice mensurado em 66,29%

Ind. 25. Índice de julgamento dos procedimentos de natureza disciplinar

Meta	Resultado
Baixar mais processos que os distribuídos ou possuir acervo de procedimentos disciplinares igual ou inferior a 150	8 processos distribuídos 15 processos baixados 2 processos no acervo

OE 8 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS: refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos(as) servidores(as); à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: fomentar ações para promover a saúde e a qualidade de vida; realizar pesquisa sobre clima organizacional; incentivar o reconhecimento das competências e a valorização de servidores (as) e colaboradores (as); disponibilização de curso para formação de gestores públicos aos ocupantes de cargos de chefia; orientações dos servidores quanto ao desenvolvimento das atividades na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto; promover ações para a prevenção e o enfrentamento do assédio moral e sexual; manter projeto permanente quanto ao dimensionamento da força de trabalho (DFT) e propor soluções para seu adequado aproveitamento; promover a capacitação da força de trabalho visando ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais; estabelecer um guia de competências para contratações; adaptações na estrutura física dos imóveis.

Principais Resultados: feedback positivo em retorno às ações da gestão orçamentária; análise e reavaliação dos métodos de trabalho com o objetivo de otimizar os processos de trabalho; corpo funcional tecnicamente apto para desenvolver as suas funções; aprimoramento das competências gerenciais dos gestores do tribunal; avaliações de desempenho com base nas competências acontecendo regularmente em todas as unidades; imóveis adaptados para o desenvolvimento seguro de trabalho em altura; disponibilização de informativos para os servidores sobre temas pertinentes à prevenção e enfretamento do assédio moral e sexual; estruturação de canal para denúncias de assédio moral e sexual; melhoria das condições de trabalho para autoridades, servidores, colaboradores e contratados, possibilitando o desempenho com segurança; regulamentação do teletrabalho (Portaria 326/2021).

Ind. 26. Índice de capacitação de magistrados

Meta	Resultado
Capacitar 93 juízes (as) sobre temas correlatos às Eleições	56 magistrados (as) capacitados (as)

Ind.27. Índice de adequação das instalações quanto à segurança do trabalho em altura

Meta	Resultado
Adaptar 12 imóveis para trabalhos em altura.	60 imóveis adaptados para trabalhos em altura

Ind.28. Índice de implementação de ações para a promoção da saúde

Meta	Resultado
Implementar 15 ações para a promoção da saúde	18 ações foram implementadas

OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA: refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: acurar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos incentivando projetos sustentáveis que gerem economia; implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro visando a racionalização do gasto; aperfeiçoar o painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira e a de custos na intranet e no site da Justiça Eleitoral do Paraná; integrar o Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras (SIOFI) com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Principais Resultados: melhoria do acesso e do controle da execução do orçamento do Tribunal; disponibilização de informações atualizadas, acessíveis, conciliadas com o SIAFI e com filtragem para diferentes níveis de atuação (eswtratégico – todo o Tribunal; gerencial – secretarias e técnico – unidades demandantes); vinculação das Notas de Empenho com as demandas registradas na proposta orçamentária e/ou priorizadas no Plano Anual de Contratações, espelhadas no SIOFI; disponibilização ao usuário de relatório com a vinculação dos empenhos e outras informações relacionadas, emitido a partir do SIOFI.

Ind. 29. Índice de execução orçamentária das despesas discricionárias

Meta	Resultado
Empenhar 99% do valor disponibilizado na LOA	96,95%

Ind. 30. Índice de execução financeira do exercício e restos a pagar

Meta	Resultado
Aumentar a execução para 95%	86,64%

Ind. 31. Índice de perdas orçamentárias

Meta	Resultado
Diminuir o total do orçamento não realizado para 1%	4,14%

OE10 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS: programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais à sociedade e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos(as) usuários (as) por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão da privacidade e uso dos dados pessoais.

PRINCIPAIS INICIATIVAS: Implementar as ações previstas no Planejamento de Tecnologia da Informação; aumentar a satisfação dos (as) usuários (as) internos (as) ou externos (as) em relação às soluções em TI; promover a transformação digital; aprimorar os serviços da infraestrutura TI e as soluções corporativas; aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados; buscar inovação de forma colaborativa; aperfeiçoar a segurança do ambiente tecnológico.

Principais Resultados: Apoio técnico e de infraestrutura às atividades das Zonas Eleitorais e sede para que fosse possível o trabalho remoto durante a pandemia (COVID-19); disponibilização de nova plataforma de colaboração em nuvem, substituindo a solução atual de email e colaboração; estruturação do Portal de Business Intelligence (BI); implantação de soluções de segurança da informação; direcionamento financeiro nas aquisições com troca de custeio por investimento; implantação de sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho; implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Ouvidoria; implantação do Balcão Virtual; aquisição de 365 estações de trabalho; fornecimento de solução de segurança da informação para sistemas críticos; aquisição de serviços de telecomunicações para prover a comunicação entre o TRE-PR e os cartórios eleitorais; reestruturação da Comissão de Segurança da Informação, face às resoluções TSE nº 23.644/2021 e CNJ Nº 396/2021; recomendação de criação de uma estrutura de segurança da informação, em consonância com a ENSEC-PJ; acompanhamento de riscos e deliberação acerca da utilização de recursos informáticos; acompanhamentos de diversos riscos para o período eleitoral, por meio de colaboração entre os diferentes entes da Justiça Eleitoral.

Ind. 32. Aperfeiçoar a segurança da informação	
Meta	Resultado
Implementar 5 controles relativos à segurança da informação	2 controles foram implementados

Ind. 33. Índice de governança de TI iGovTIC-JUD	
Metas	Resultado
Atingir o índice de aprimoramento em 0,70% de governança em gestão	63% índice atingido

UNIDADES DA GESTÃO

No item unidades da gestão serão abordadas informações e resultados referentes à gestão do orçamento e finanças, gestão de custos, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e de infraestrutura, gestão de tecnologia da informação e gestão de sustentabilidade.

Informações orçamentárias e financeiras

Perfil do Gasto do Tribunal

A Lei Orçamentária Anual de 2021 – Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021 - Publicada no DOU de 23/04/2021 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a dotação orçamentária inicial de R\$ 356.308.013,00. Cabe ressaltar que com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral e as dotações remanejadas para outras ações, o orçamento total disponibilizado foi de R\$ 373.329.869,44. O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:

Lei Orçamentária Anual					
Tipo de Crédito	Pessoal e Benefícios	Custeio	Investimento	Total	%
(i) Dotação Inicial	R\$ 319.832.040,00	R\$ 34.371.982,00	R\$ 2.400.000,00	R\$ 356.604.022,00	95,52%
(+) Dotação Adicional	R\$ 8.415.585,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 9.253.740,00	R\$ 18.669.325,00	5,00%
(-) Dotação Remanejada	-R\$ 1.125.949,00	-R\$ 2.500.000,00	R\$ -	-R\$ 3.625.949,00	-0,97%
(=) Orçamento Ordinário	R\$ 327.121.676,00	R\$ 32.871.982,00	R\$ 11.653.740,00	R\$ 371.647.398,00	99,55%
(+) Orçamento para Eleições	R\$ 1.501.404,89	R\$ 181.066,55	R\$ -	R\$ 1.682.471,44	0,45%
(=) Total do Orçamento	R\$ 328.623.080,89	R\$ 33.053.048,55	R\$ 11.653.740,00	R\$ 373.329.869,44	100%

Despesas Obrigatórias: consistem na Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

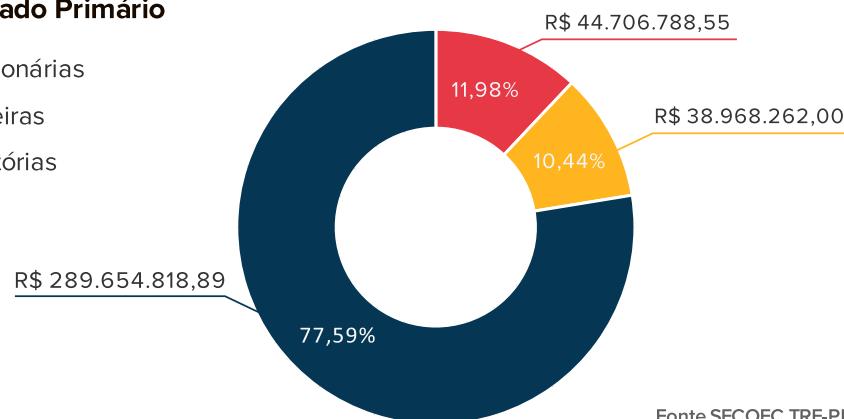
Despesas Financeiras: são as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde ao dobro da contribuição do servidor.

Despesas Discretionárias: são aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender as estratégias definidas na proposta orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. No Orçamento Ordinário do Tribunal, elas corresponderam a 12% do total do orçamento. Cabe ressaltar, que neste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2021, as despesas contratuais, corresponderam ao percentual de 85% das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 15% para atender a discricionariedade da execução do orçamento.

O gráfico a seguir demonstra os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual do Orçamento Ordinário, distribuídos por Indicador de Resultado Primário¹.

Indicador de Resultado Primário

- Despesas discricionárias
- Despesas financeiras
- Despesas obrigatórias



Fonte SECOFC TRE-PR

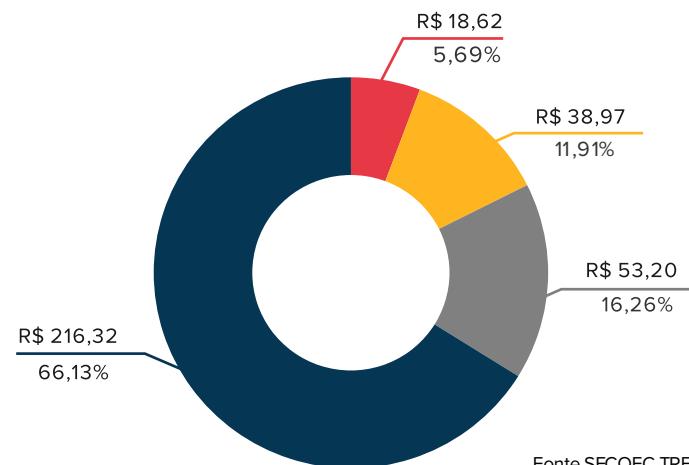
¹ Identificador de Resultado Primário: (0) despesa financeira; (1) despesa primária obrigatória; (2) despesa primária discricionária; (3) despesa relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos; (4) despesas constantes do orçamento de investimentos das empresas estatais que não impactam o resultado primário; (5) discricionária e abrangida pelo PAC; (6) obrigatória decorrente de emendas individuais.

Despesas Obrigatórias e Financeiras

As despesas obrigatórias e financeiras de 2021 permaneceram praticamente no mesmo patamar estabelecido em 2020, ocorrendo uma variação no grupo de Ativos, decorrente de novas nomeações. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores ativos, aqui compreendidos o pagamento de servidores do quadro da Justiça Eleitoral, Membros da Corte, Juízes Eleitorais e Promotores Eleitorais.

2021
Valores em Milhões

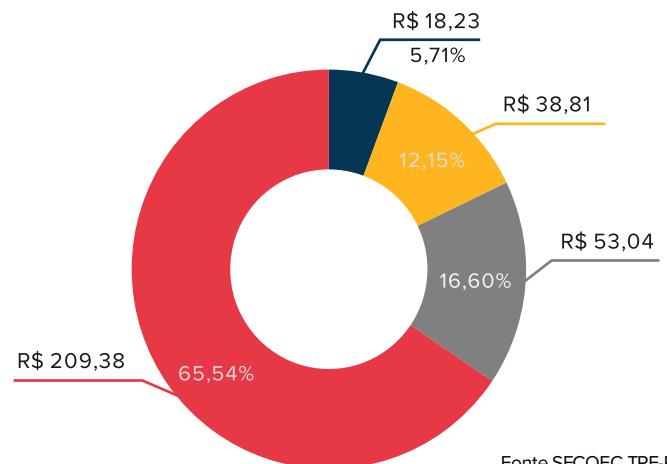
- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos



Fonte SECOFC TRE-PR

2020
Valores em Milhões

- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos



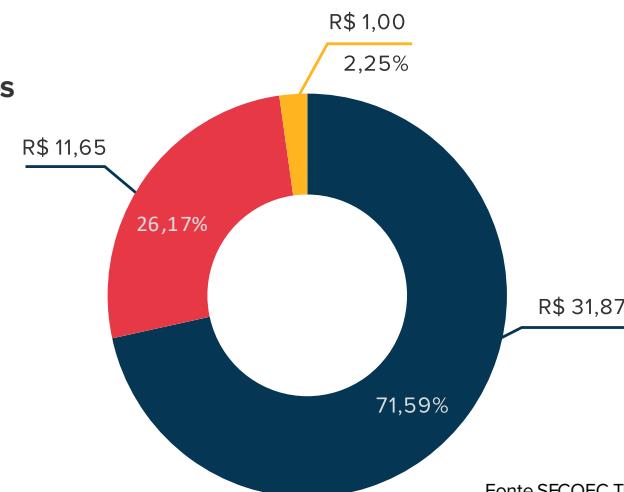
Fonte SECOFC TRE-PR

Maiores Despesas Discricionárias	
Equipamentos de TI e comunicação	R\$ 7.100.508,03
Limpeza e conservação	R\$ 5.950.718,17
Manutenção predial	R\$ 4.113.233,35
Apoio adm., técnico e operacional	R\$ 3.710.293,35
Estagiários	R\$ 2.736.384,80
Manutenção e Sustentação de Software	R\$ 2.435.023,87
Instalações	R\$ 2.289.697,66
Reformas de pequeno vulto	R\$ 1.992.406,98
Vigilância ostensiva	R\$ 1.839.423,02
Apoio técnico e operacional de TIC	R\$ 1.455.631,75
Energia Elétrica	R\$ 1.408.167,92
Comunicação e rede de dados	R\$ 1.320.332,72
Materiais de Consumo	R\$ 1.066.526,36
Capacitação Recursos Humanos	R\$ 998.930,99
Vigilância eletrônica	R\$ 955.772,79
Telefonia fixa	R\$ 639.264,17
Outros materiais permanentes e equipamentos	R\$ 612.085,27
Diárias	R\$ 430.969,00
Água e esgoto	R\$ 309.692,82
Móveis	R\$ 266.479,08

*excluídos os valores com orçamento de eleições

2021 - Valores em Milhões

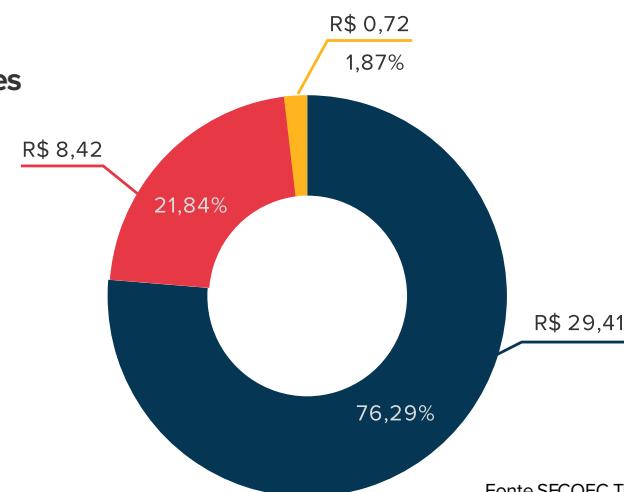
- Custeio
- Investimento
- Capacitação



Fonte SECOFC TRE-PR

2020 - Valores em Milhões

- Custeio
- Investimento
- Capacitação



Fonte SECOFC TRE-PR

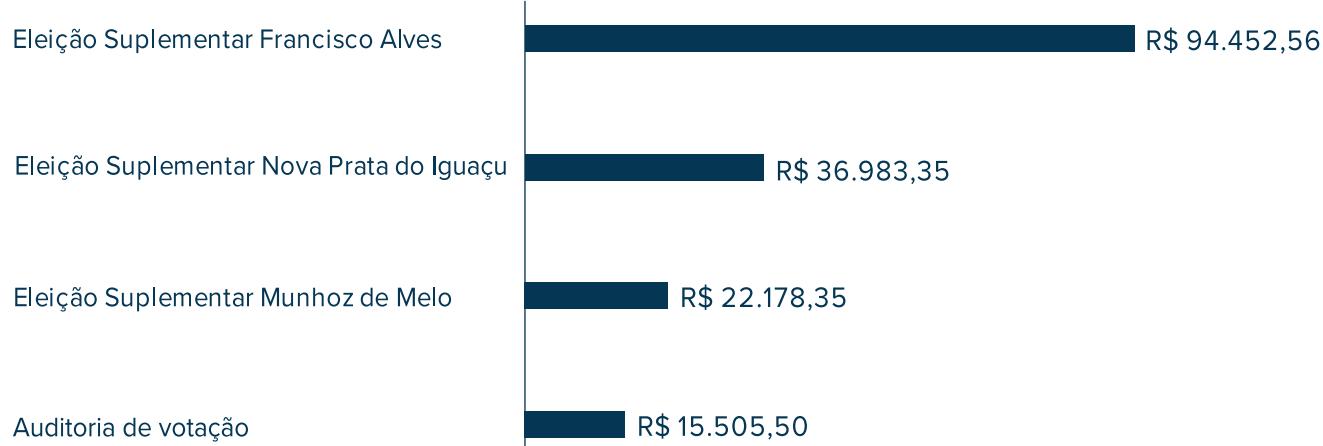
Orçamento para Eleições

Na ação Pleitos Eleitorais recebemos uma provisão no valor de R\$ 1.670.676,16, o qual foi destinado aos pagamentos de passivos e à execução das despesas referentes às Eleições Suplementares.

Despesas de Custeio – Eleições Suplementares 2021

As despesas com custeio com as Eleições Suplementares realizadas em 2021 totalizaram o valor de R\$ 169.271,27.

Despesas de Custeio - Eleições Suplementares



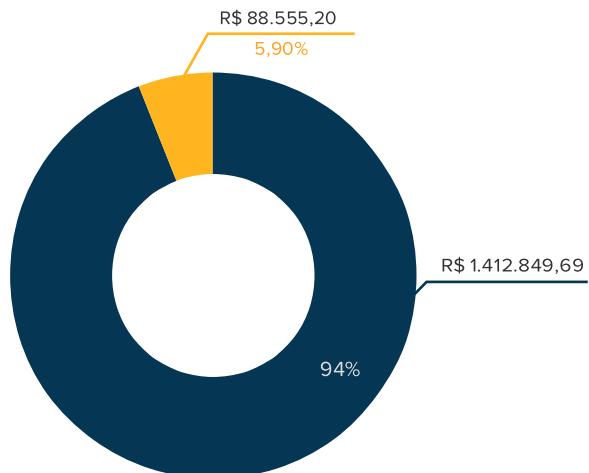
Fonte SECOFC TRE-PR

Pessoal e Encargos Sociais – Passivos

As despesas com pessoal e encargos totalizaram o valor de R\$ 1.501.404,89.

Destaca-se em 2021, o pagamento de parte do valor de passivos com banco de horas, no valor R\$ 1.412.849,69. As principais despesas empenhadas na ação de Pleitos Eleitorais em 2021 estão abaixo demonstradas:

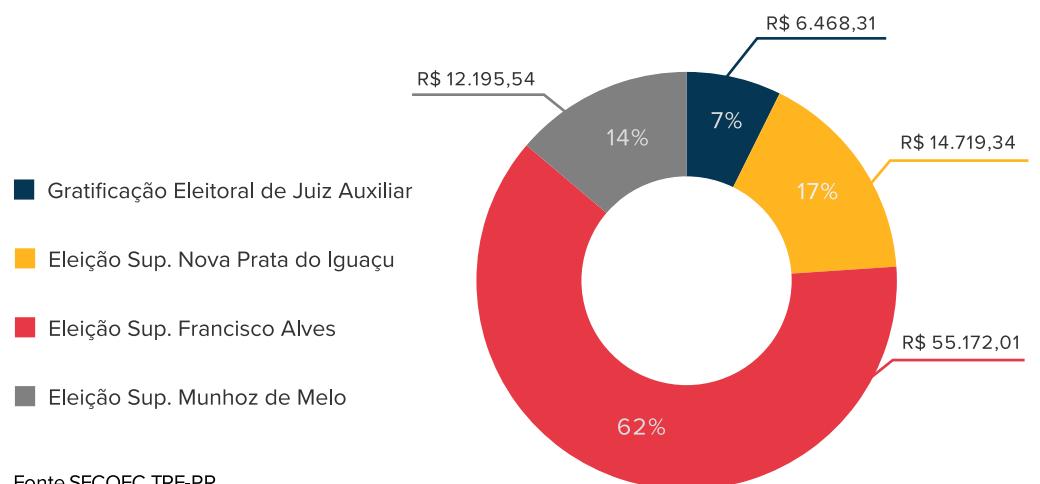
Principais Despesas Empenhadas



Conversão de banco de horas - Eleições 2018
Secretaria do Tribunal

Fonte SECOFC TRE-PR

Outras Despesas - Detalhamento



Fonte SECOFC TRE-PR

Dotação Orçamentária

Dotação Orçamentária - Evolução em Milhões



Fonte SECOFC TRE-PR

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2014
Data final	12/2021
Valor nominal	R\$ 280.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,98458820
Valor percentual correspondente	98,458820%
Valor corrigido na data final	R\$ 555.684.696,00 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	12/2014
Data final	12/2021
Valor nominal	R\$ 280.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,5192117
Valor percentual correspondente	51,921170%
Valor corrigido na data final	R\$ 425.379.276,00 (Real)

Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos

O crescimento da despesa com pessoal e encargos é decorrente dos planos de cargos e salários, bem como de outros benefícios adquiridos pelos servidores. O crescimento da despesa foi inferior à variação do IGP-M (FGV) e superior ao IPCA.

Despesa com Pessoal e Encargos - Evolução em Milhões



Fonte SECOFC TRE-PR

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV) - Pessoal e Encargos

Dados informados

Data inicial 12/2014

Data final 12/2021

Valor nominal R\$ 196.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,98458820

Valor percentual correspondente 98,458820%

Valor corrigido na data final R\$ 388.979.287,20 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE) - Pessoal e Encargos

Dados informados

Data inicial 12/2014

Data final 12/2021

Valor nominal R\$ 196.000.000,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,5192117

Valor percentual correspondente 51,921170%

Valor corrigido na data final R\$ 297.765.493,20 (Real)

Evolução da Despesa com Custeio

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	12/2015
Data final	12/2021
Valor nominal	R\$ 51.000.000,00 (Real)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,3751487
Valor percentual correspondente	37,514870%
Valor corrigido na data final	R\$ 70.132.583,70 (Real)
Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	12/2015
Data final	12/2021
Valor nominal	R\$ 51.000.000,00 (Real)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,79299110
Valor percentual correspondente	79,299110%
Valor corrigido na data final	R\$ 91.442.546,10 (Real)

No gráfico abaixo demonstra-se a variação bianual do orçamento de custeio, o qual é decorrente dos pleitos eleitorais. O crescimento da despesa foi significativamente inferior à variação do IGP-M(FGV) e do IPCA (IBGE).



Evolução da Despesa com Investimento

No gráfico abaixo vislumbra-se uma queda vertiginosa nos investimentos em 2019. Cabe ressaltar que de 2014 a 2018, o TRE-PR adotou uma política de construção de imóveis próprios, em grande parte por meio de emendas parlamentares. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016 o Tribunal deixou de contar com os valores das Emendas Parlamentares, que concorriam com o próprio orçamento da instituição. Os valores relativos ao investimento em 2021 foram decorrentes de remanejamento de sobras do orçamento da Justiça Eleitoral.



Fonte SECOFC TRE-PR

Execução Orçamentária

Programa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52
Total	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52
Ação	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pagamento - Pessoal Ativo da União	R\$ 216.324.607,00	R\$ 216.312.517,72	R\$ 213.868.517,72	R\$ 213.868.517,72
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	R\$ 53.204.697,00	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67
Julgamento das Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 44.537.517,28	R\$ 43.176.098,81	R\$ 38.920.925,52	R\$ 38.896.566,85
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 38.968.262,00	R\$ 38.857.332,68	R\$ 38.737.332,68	R\$ 38.737.332,68
Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 11.852.917,00	R\$ 11.506.516,95	R\$ 11.506.516,95	R\$ 11.506.516,95
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	R\$ 6.771.193,00	R\$ 6.771.193,00	R\$ 6.771.193,00	R\$ 6.771.193,00
Pleitos Eleitorais	R\$ 1.670.676,16	R\$ 1.670.524,65	R\$ 1.670.524,65	R\$ 1.670.524,65
Total	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52
Função	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Judiciária	R\$ 320.125.172,44	R\$ 318.294.183,81	R\$ 311.475.010,52	R\$ 311.450.651,85
Previdência Social I	R\$ 53.204.697,00	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67
Total	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52
Subfunção	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Ação Judiciária	R\$ 1.670.676,16	R\$ 1.670.524,65	R\$ 1.670.524,65	R\$ 1.670.524,65
Administração Geral	R\$ 260.862.124,28	R\$ 259.488.616,53	R\$ 252.789.443,24	R\$ 252.765.084,57
Atenção Básica	R\$ 18.624.110,00	R\$ 18.277.709,95	R\$ 18.277.709,95	R\$ 18.277.709,95
Outros Encargos Especiais	R\$ 38.968.262,00	R\$ 38.857.332,68	R\$ 38.857.332,68	R\$ 38.857.332,68
Previdência do Regime Estatutário	R\$ 53.204.697,00	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67	R\$ 53.007.208,67
Total	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52
Grupo Natureza Despesa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 309.998.970,89	R\$ 309.678.463,96	R\$ 307.114.463,96	R\$ 307.114.463,96
Outras Despesas Correntes	R\$ 51.677.158,55	R\$ 51.324.522,48	R\$ 49.935.493,09	R\$ 49.925.281,22
Investimentos	R\$ 11.653.740,00	R\$ 10.298.406,04	R\$ 7.432.262,14	R\$ 7.418.115,34
Total	R\$ 373.329.869,44	R\$ 371.301.392,48	R\$ 364.482.219,19	R\$ 364.457.860,52

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elementos da Despesa

Unidade Orçamentária 14.101 e 14.116

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal –em milhões)						
Elemento de Despesa	2021	2020	2019	2018	2017	2016
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	R\$ 211,39	R\$ 207,68	R\$ 202,16	R\$ 179,92	R\$ 172,97	R\$ 158,87
01 - Aposentados	R\$ 42,52	R\$ 43,05	R\$ 42,54	R\$ 38,52	R\$ 33,66	R\$ 28,33
13 – Obrigações Patronais	R\$ 38,89	R\$ 37,77	R\$ 31,17	R\$ 29,39	R\$ 27,75	R\$ 25,16
Demais Elementos	R\$ 16,88	R\$ 27,26	R\$ 16,69	R\$ 32,58	R\$ 26,43	R\$ 23,22
Total	R\$ 309,68	R\$ 315,96	R\$ 292,56	R\$ 280,41	R\$ 260,82	R\$ 235,58

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Custeios - em milhões)						
Elemento de Despesa	2021	2020	2019	2018	2017	2016
39 – Outros serviços (serviços de terceiros)	R\$ 19,73	R\$ 22,60	R\$ 20,04	R\$ 27,19	R\$ 27,37	R\$ 27,76
37 – Locação de mão de obra	R\$ 11,67	R\$ 20,94	R\$ 13,29	R\$ 18,46	R\$ 15,30	R\$ 20,31
46 – Auxílio alimentação	R\$ 9,46	R\$ 9,43	R\$ 9,06	R\$ 8,72	R\$ 8,68	R\$ 8,68
Demais elementos	R\$ 10,46	R\$ 17,59	R\$ 10,37	R\$ 25,42	R\$ 7,86	R\$ 14,85
Total	R\$ 51,32	R\$ 70,57	R\$ 52,77	R\$ 79,79	R\$ 59,21	R\$ 71,60

Grupo 4 – Investimentos (em milhões)						
Elemento de Despesa	2021	2020	2019	2018	2017	2016
52 – Equipamentos e material permanente	R\$ 7,94	R\$ 6,71	R\$ 2,05	R\$ 7,57	R\$ 5,75	R\$ 9,51
51 – Obras e instalações	R\$ 2,30	R\$ 1,71	R\$ 1,50	R\$ 4,11	R\$ 9,53	R\$ 2,55
40 – Serviços de TI e Comunicação PJ	R\$ 0,03	R\$ 0,54	R\$ 0,73	R\$ 1,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos	R\$ 0,03	R\$ 0,01	R\$ 0,03	R\$ 0,64	R\$ 1,11	R\$ 1,47
Total	R\$ 10,30	R\$ 8,42	R\$ 4,31	R\$ 13,51	R\$ 16,39	R\$ 13,53

Grupo 5 – Inversões Financeiras						
Elemento de Despesa	2021	2020	2019	2018	2017	2016
61 – Aquisição de Imóveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00				
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,006	R\$ 0,00

GESTÃO DE CUSTOS

A metodologia de apuração de custos adotada pelo TRE-PR baseia-se no imóvel como centro de custos. Tem como objetivo: adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada, que está presente em 399 municípios e possui 164 centros de custos em utilização; estabelecer critérios capazes de proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade dos dados apurados; construir uma base sólida e confiável, que evidencie os resultados da gestão e sirva de apoio à tomada de decisões.

Os trabalhos iniciaram-se em 2015 e incluem a definição dos critérios e a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral a Resolução nº 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Cabe à setorial do TSE o desenvolvimento da metodologia de apuração, além da orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR faz o levantamento dos dados na Seção de Programação e Controle Orçamentário (SPCO) e os encaminha ao TSE, conforme a sistemática desenvolvida.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE,

a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais.

O levantamento dos custos na Justiça Eleitoral, apurado pelo TSE conforme sistema próprio, encontra-se no anexo deste relatório.

Principais Metas Não Alcançadas, Desafios e Perspectivas Futuras

Metas Não Alcançadas

Todas as dotações recebidas foram devidamente utilizadas.

As metas relativas ao Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias, Índice de Execução Financeira das Despesas Discricionárias do Exercício e Restos a Pagar e Índice de Perdas Orçamentárias, respectivamente, estabelecidas para o exercício - Indicadores 29, 30 e 31 do Planejamento Estratégico - não puderam ser alcançadas em virtude da impetração de mandado de segurança que impediu a execução de despesas constantes (Processo Nº019853/2021) – e também do inadimplemento de contratos por fornecedores e prestadores de serviços. Os resultados obtidos, muito próximos à meta estipuladas, não implicou prejuízo às atividades do Tribunal.

Desafios

- Aprimorar os processos de gestão orçamentária e financeira.
- Otimizar as atuais ferramentas de controle e transparência do orçamento.
- Aperfeiçoar o alinhamento entre o planejamento e a execução do orçamento.
- Racionalizar o uso dos recursos de forma a dar maior efetividade às despesas discricionárias.

Ações e Perspectivas Futuras

- Implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro visando a racionalização do gasto.
- Aperfeiçoar o painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira e de custos na intranet e no site da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Integrar o SIOFI - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras ao SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira.

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal e Leis nº 8.112/90 e nº 11.416/2006, o TRE-PR observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias.

Entre as principais normas internas relativas à gestão de pessoas destacam-se:

- Resolução nº 863/2020, alterada pela Resolução nº 879/2021: dispõe sobre horário de funcionamento e de atendimento ao público, jornada de trabalho e controle de frequência, serviço extraordinário e banco de horas.
- Resolução nº 750/2016, alterada pela Resolução nº 881/2021: regulamenta a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral do Paraná.
- Resolução nº 600/2011: dispõe sobre a concessão de diárias.
- Portaria nº 326/2021: regulamenta o regime de teletrabalho.

Mecanismos de controle

Informações cadastrais e fichas financeiras dos servidores: desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de

Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores. Durante o exercício 2021 foram encontrados 11 indícios, sendo que as justificativas foram tempestivamente encaminhadas ao TCU.

Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH): utilizado para gestão de pessoas e da folha de pagamento. O sistema é periodicamente auditado pela Secretaria de Auditoria Interna e pela própria Seção de Folha de Pagamento que mantém uma planilha paralela para controle e conferência dos dados e utiliza o sistema de dupla checagem dos lançamentos. Todos os lançamentos são realizados com base em processos criados e previamente analisados pelos setores competentes e posteriormente conferidos.

Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário (GSE): utilizado desde 2020 para melhor gerir, dar transparência e controle às horas extras realizadas pelos servidores o TRE-PR e utilização de banco de horas. Todo serviço extraordinário deve ser previamente autorizado pela Direção-Geral, com a devida justificativa da necessidade de trabalho.

Recadastramento de servidores ativos: é realizado de 2 em 2 anos com objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e fiscalizar possíveis irregularidades.

Recadastramento de servidores inativos: é realizado anualmente o recadastramento de servidores aposentados e pensionistas civis. Em razão da pandemia (COVID-19) adotou-se prioritariamente a modalidade virtual.

Processos para reposição de valores: foram instaurados para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, autoridades eleitorais, aposentados e beneficiários de pensão civil, gerando um retorno aos cofres da União de R\$ 82.779,99.

Transparência e publicidade de seus atos: as informações sobre a área de gestão de pessoas são publicadas no [site](#) do TRE-PR.

Abate-teto constitucional: o TRE-PR já acompanhava o andamento processual no Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 602.584/DF e já solicitava aos aposentados e pensionistas, quando do recadastramento, a documentação referente à acumulação. Com o trânsito em julgado da decisão em 26/03/2021, efetuou levantamento geral para identificação dos casos de cumulação acima do teto, antes mesmo de qualquer determinação pelo Tribunal de Contas da União.

Atendimento às determinações do TCU

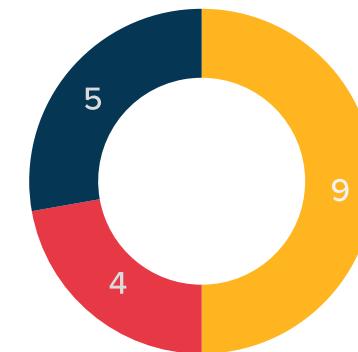
Aposentadorias: dos 18 atos de aposentadoria apreciados pelo TCU, 9 foram julgadas ilegais (04 em razão da vantagem “Opção”, por alteração de entendimento do TCU após a concessão de referidas aposentadorias e 05 em razão da vantagem “Quintos”, aplicação do recente entendimento firmado pelo STF no recurso extraordinário 638.115). Todos os atos considerados ilegais foram regularizados pe-

rante o TCU.

Atos de pensão: os 02 atos de pensão apreciados foram considerados legais pelo TCU.

Apreciação Aposentadorias pelo TCU

- Legais
- Ilegal - Vantagem Opção
- Ilegal - Vantagem quintos



Fonte SECGP TRE-PR

Atos gestor de pessoal: os 25 atos referentes aos últimos 10 anos devolvidos pelo TCU foram revisados - inclusive quanto à vantagem “Quintos” conforme o recente entendimento firmado pelo STF no Recurso Extraordinário 638.115 - e reenviados pelo sistema e-pessoal antes do prazo estipulado (60 dias).

Transformação das parcelas de quintos incorporadas após 08/04/1998 em parcela compensatória: foram revisados todos os processos dos instituidores de pensão e aposentados ainda não apreciados pelo TCU (22 instituidores de pensão e 120 aposentadorias). Em relação aos servidores ativos, já foram apreciados 32 dos 54 processos.

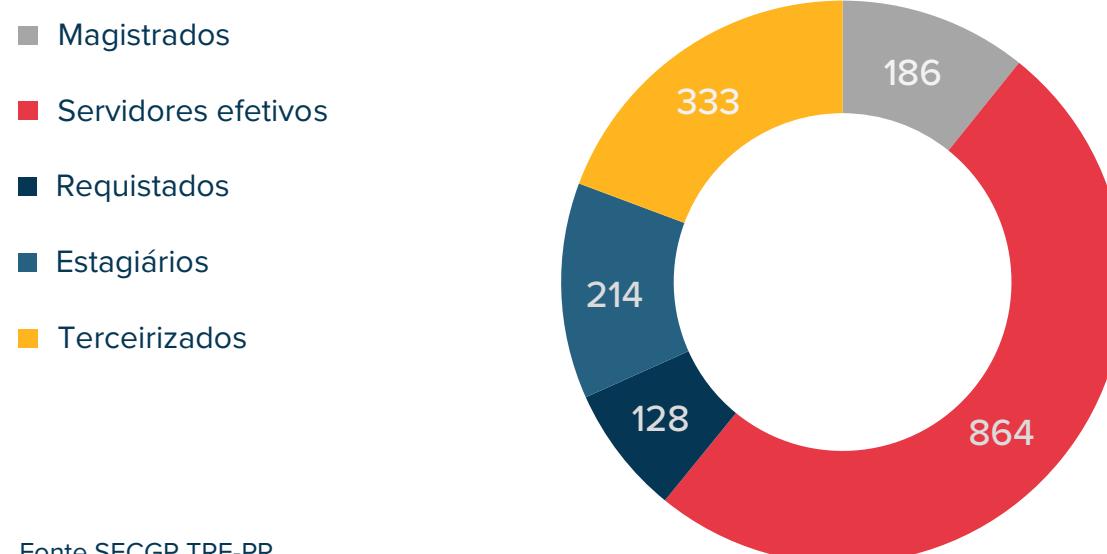
Força de Trabalho

Magistrados: tratando-se de órgão da Justiça Eleitoral, não há quadro próprio de juízes e desembargadores. Em 2º Grau a função jurisdicional é exercida por 7 membros, conforme estabelece o art. 120 da Constituição Federal e, em 1º Grau, por 186 juízes de direito, integrantes da Justiça Estadual.

Servidores: 864 efetivos (381 analistas e 483 técnicos), destes 09 estão cedidos, 28 removidos e 05 em licença para tratamento de assuntos particulares. Ainda contamos com 128 requisitados e 42 servidores removidos de outros órgãos.

Auxiliares: 214 estagiários e 333 terceirizados.

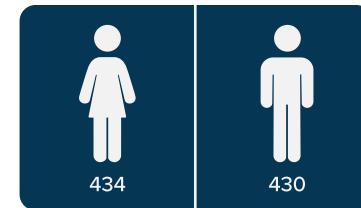
Força de Trabalho



Fonte SEC GP TRE-PR

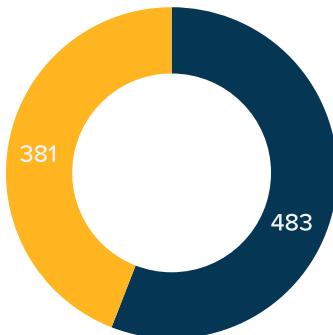
Avaliação da Força de Trabalho – Servidores do Quadro Efetivo

Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no [Portal da Transparéncia](#) a tabela de lotação de pessoal. Há identificação da quantidade de servidores que atuam em 1º e 2º graus e ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade jurisdicional.



Servidores Efetivos

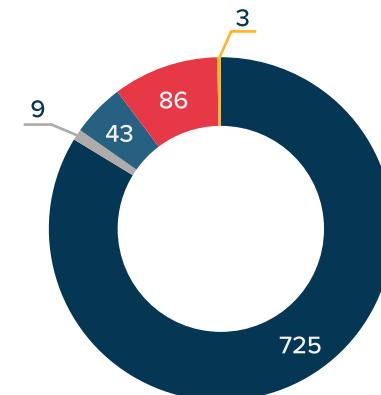
- Técnicos Judiciários
- Analistas Judiciários



Fonte SECGP TRE-PR

Etnia

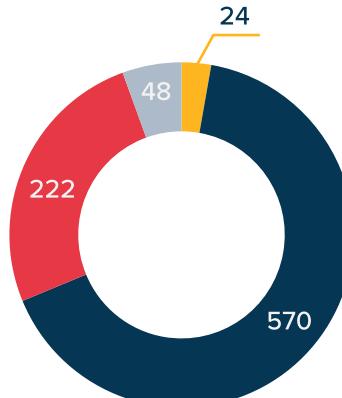
- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena



Fonte SECGP TRE-PR

Idade

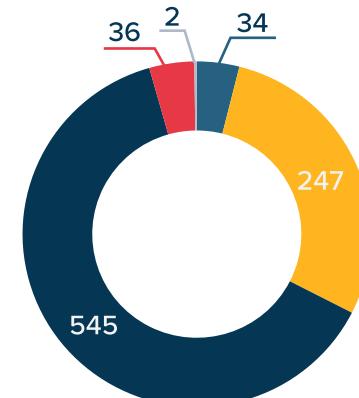
- Até 30
- 31 a 50
- 51 a 60
- 60+



Fonte SECGP TRE-PR

Escolaridade

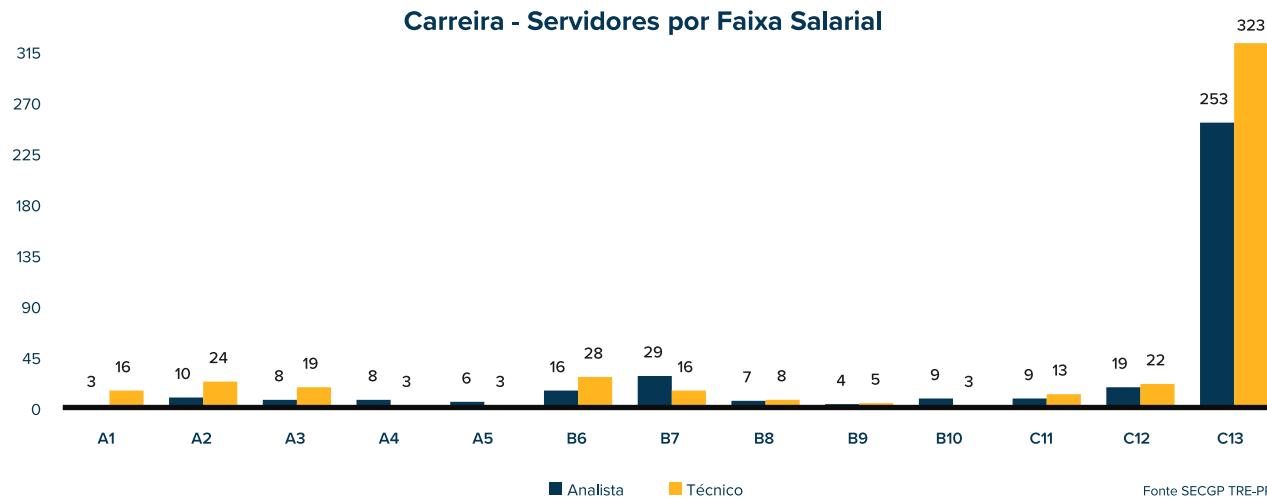
- Ensino médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado



Fonte SECGP TRE-PR

Distribuição por faixa salarial

A carreira: a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes (“A”, “B” e “C”). Os servidores ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira podem atingir a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no [site](#) do Tribunal.



Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Por meio de concurso público é realizado o recrutamento dos novos servidores. No ano de 2021 foram nomeados e entraram em exercício 03 analistas e 16 técnicos judiciários.

Os servidores nomeados são lotados na sede ou nas Zonas Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor melhor classificado no concurso público.

O principal critério para mudança de lotação, realizada por meio de concurso interno de remoção, é o tempo de atividade no órgão. Na sede do TRE-PR (secretarias, coordenadorias e seções), as vagas abertas são oferecidas em concurso interno de seleção.

Visando o aperfeiçoamento da gestão de pessoas o Tribunal promoveu ações de capacitação, ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores e está desenvolvendo, em parceria com o TSE, projeto para dimensionamento da força de trabalho (DFT).

Informações 2021

- | Conursos de remoção: 02
- | Oportunidade de Lotação: 17
- | Oportunidade de mudança de unidade: 186

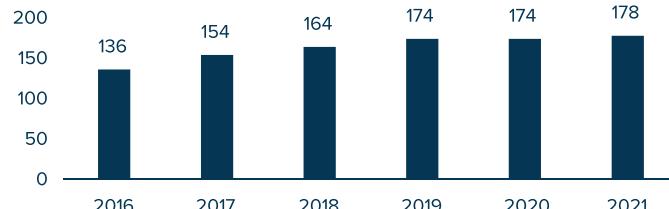
Detalhamento da Despesa de Pessoal

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal [os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores](#) e também o [detalhamento da folha de pagamento de pessoal](#).

Os [valores dos cargos em comissão e funções comissionadas](#) estão previstos na Lei nº 13.317/2016 e são divulgados na página do Tribunal. Em 2021 todos os cargos em comissão foram ocupados por servidores.

A despesa com os ativos teve incremento em virtude do preenchimento de cargos vagos e progressões funcionais. Apesar de haver acréscimo no número de aposentadorias, houve diminuição dos valores em razão de: decisão do TCU, que retirou a parcela opção dos proventos de alguns aposentados; aplicação da decisão do STF referente ao corte constitucional; falecimento de servidores aposentados com regras mais antigas e com proventos maiores; e aposentadorias de servidores com proventos menores. Houve aumento no pagamento de pensões, em razão do falecimento de servidores ativos e aposentados, bem como de reajuste anual concedido de acordo com os índices do Regime Geral.

Aposentados pelo TRE-PR - Acumulado



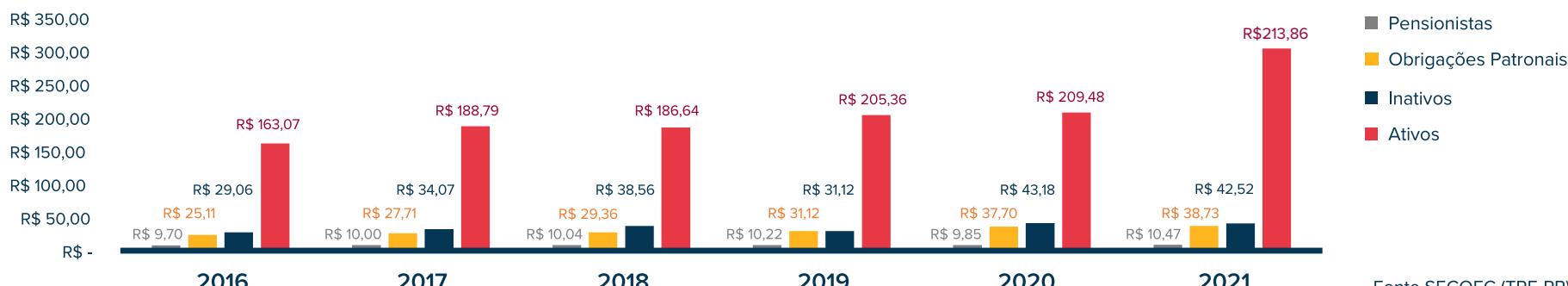
Fonte SECGP TRE-PR

Pensionistas - Acumulado



Fonte SECGP TRE-PR

Detalhamento de despesas de pessoal (valores em milhões)



Fonte SECOFC (TRE-PR)

Estratégias: desempenho e valorização

Os servidores do Tribunal que estão em progressão na carreira são anualmente submetidos à avaliação de desempenho e os servidores que já estão no final de carreira (classe C, padrão 13) são avaliados bianualmente. As avaliações são realizadas mediante questionários preenchidos pelo próprio servidor e pela chefia imediata.

Os critérios para avaliação estão previstos na Resolução TRE-PR nº 865/2020. Para avançar na carreira o servidor precisa ter avaliação satisfatória no desempenho, igual ou superior a 70%.

A partir da avaliação, o servidor recebe um feedback claro e objetivo sobre seu desempenho, são identificadas as habilidades, necessidades de aperfeiçoamento/qualificação e estabelecidas metas individuais. Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do servidor, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que é minuciosamente analisado pela Seção de Desenvolvimento Organizacional e utilizado para definição do Plano Anual de Capacitação (PAC).

Visando a qualidade de vida e de trabalho dos servidores, o TRE-PR mantém o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), que possui como pilares a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o autodesenvolvimento. O programa sistematiza as principais ações de qualidade de vida da instituição, separadas em quatro dimensões: física, emocional, social e espiritual.

Em 2021 tiveram destaque: a implementação da jornada mista prevista na Resolução TRE-PR nº 879/2021 (6 horas no tribunal e 1 em sistema de home office); a regulamentação interna do teletrabalho; a realização de palestras para prevenção de doenças físicas, mentais e na área de psicologia; a contratação de psicólogo; grupos de conversa; o Projeto Escuta Curativa; a realização de webinar; e publicações de matérias na intranet.

Teletrabalho

O teletrabalho – modalidade de trabalho executado fora das dependências do Tribunal, com a utilização de recursos tecnológicos – foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral pela Resolução TSE nº 23.586/2018 e regulamentado pela Portaria TSE nº 708/2018. No âmbito do TRE-PR, o teletrabalho é regulamentado pela Portaria TRE-PR nº 326/2021.

Implantado como projeto piloto em 2018 com apenas 02 servidores, a modalidade de trabalho teve grande aceitação sendo que, ao final de 2021, 94 servidores estavam nesse regime de trabalho.

O sucesso do projeto também pode ser constatado em números, visto que os servidores envolvidos não só alcançaram a meta estabelecida no plano de trabalho inicial como também superaram o índice de produtividade do próprio setor.

Trabalho Remoto

Considerando o recrudescimento da pandemia (COVID-19) em meados de março de 2021, houve dispensa do registro de ponto biométrico para todos os servidores no âmbito do TRE-PR, mantendo-se o formato híbrido na maior parte do ano, à exceção dos servidores que se declararam pertencentes ao grupo de risco, que permaneceram em trabalho remoto integral.

A Portaria TRE/PRESID nº 401/2021 estabeleceu o retorno presencial com controle de jornada pelo ponto biométrico, ficando em serviço remoto a partir de 20 de outubro de 2021, somente 15 servidores pertencentes ao grupo de risco.

Capacitações

As necessidades de treinamento são definidas no Plano Anual de Capacitação (PAC), instrumento de efetivação das ações de capacitação e desenvolvimento instituído na Lei n.º 11.416/2006, e pela Resolução TSE n.º 22.572/2007, que regula o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral.

O PAC contempla ações de capacitação organizadas em três eixos:

Ações Gerais - ações priorizadas de acordo com o Planejamento Estratégico do Tribunal e para atender à implementação de proje-

tos, novas tecnologias e demais demandas institucionais;

Ações Técnicas - ações identificadas a partir do levantamento de necessidades de capacitação, realizado junto aos gestores das secretarias, e/ou indicadas nos Planos de Desenvolvimento Individuais; e

Ações Gerenciais - ações destinadas aos gestores do Tribunal, conforme estabelecido no Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral e no Plano de Gestão do Tribunal.

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de 2021 foram realizados 32 cursos, com 1.882 capacitados. A maioria das capacitações foi concentrada na área de saúde e qualidade de vida (651), provavelmente em função das consequências da pandemia, seguida das capacitações relacionadas à área de responsabilidade social (569).

Em decorrência da pandemia, a estratégia definida para a realização dos cursos foi promovê-los na modalidade à distância, de maneira a possibilitar o desenvolvimento do corpo funcional do Tribunal e oportunizar a participação de todos os servidores, inclusive aqueles lotados no interior do estado.

Destaca-se a realização de ações voltadas ao desenvolvimento de gestores no setor público, à lei geral de proteção de dados

pessoais, ao gerenciamento de riscos, à gestão e fiscalização de contratos, ao aprendizado da ferramenta Microsoft Power BI e ao aprendizado e desenvolvimento de técnicas de comunicação e gestão de conflitos.

Quanto aos cursos voltados à saúde e qualidade de vida, teve especial destaque o evento “Gestão Emocional em Tempos de Crise”, com 188 capacitações; já quanto a Responsabilidade Social ressalta-se o curso “Depois do X Vermelho”, voltado à sensibilização dos colaboradores da Justiça Eleitoral para atendimento de mulheres em situação de violência doméstica.

Houve também o pagamento de 12 bolsas de estudo para graduação; 7 bolsas para pós-graduação lato sensu, sendo 6 bolsas para servidores e 1 bolsa para Membro da Corte; e 3 bolsas para pós-graduação stricto sensu, sendo 2 para mestrado e 1 para doutorado. No total, foram custeadas 22 bolsas de estudo pelo Tribunal.

Áreas temáticas	Cursos ofertados	Capacitados
Administrativa e Gestão	18	534
Judiciária	1	29
Tecnologia da Informação	4	98
Responsabilidade Social	3	569
Saúde e Qualidade de Vida	5	651
Gestão de Pessoal	1	1

Principais metas não alcançadas, desafios e perspectivas futuras

Principais Metas não alcançadas

- Implantação do sistema de avaliação de desempenho.
- Implantação do sistema de dimensionamento da força de trabalho.

Principais desafios

- Estabelecer novas configurações para controle da jornada e produtividade, em razão da tendência mundial de adoção do regime de trabalho remoto.
- Consolidar e aprimorar a cultura do trabalho remoto.
- Adaptação dos servidores às novas tecnologias.
- Realizar distribuição da força de trabalho (DFT) de acordo com as necessidades de cada unidade.
- Implantação de sistema de avaliação de desempenho e aumento da eficácia das avaliações.
- Implantação do e-social.
- Gestão das equipes de trabalho em formato híbrido (servidores em teletrabalho e servidores em trabalho presencial).

Ações e perspectivas futuras

- Realização de ações para preservação da saúde dos servidores.
- Continuidade do Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho.
- Continuidade e aprimoramento dos controles de gestão de banco de horas e serviço extraordinário.
- Implantação de sistemas informatizados para facilitar a visualização de discrepâncias e facilitar a tomada de decisões estratégicas.
- Consolidação do processo de perícias para estabelecimento dos graus de deficiências.
- Implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho.
- Implantação do Sistema de Estagiários.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

Para o desempenho das atividades relacionadas às licitações e contratos, o TRE-PR observa, principalmente, as seguintes disposições legais: Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 13.979/202 e 14.065/2020; Decretos nº 93.872/86, 10.024/2019, 7.892/2013, 8.250/2014, 9.488/2018 e 6/2020; Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2017; Resoluções TRE-PR nº 756/2017, 759/2017, 766/2017 e 815/2018; Ordem de Serviço TRE-PR nº 01/2017; Resolução CNJ 347/2020.

Nesse sentido, destaca-se que este Tribunal está em fase de adaptação para aplicação da nova lei de licitações (Lei 14.133/2021).

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades

Resolução CNJ nº 347/2020: a implantação da Política de Governança das Contratações Públicas foi iniciada em 2021. Por meio do grupo de trabalho formado pela Portaria TSE nº 390/2021, foram emitidas 14 notas técnicas voltadas a correta implantação dos seguintes temas: política de gestão de riscos; rotina para ordem cronológica de pagamentos; programa de integridade; código de ética aplicado à área de contratações; objetivo e indicadores relacionados à área de contratações; gestão por competências; colegiado de governança

de contratações; segregação de funções; plano de contratações anual; modelagem do processo de contratação; manual de fiscalização contratual; contratações de forma compartilhada; dimensionamento da força de trabalho; plano de comunicação.

Transparência: foram mantidos os mecanismos de transparência nas contratações, promovendo uma comunicação aberta e voluntária quanto aos procedimentos e resultados das aquisições, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Matriz de risco do macroprocesso da contratação: de acordo com a experiência dos 2 últimos anos nas fases de planejamento e seleção do fornecedor, a matriz de risco foi aperfeiçoadas, reduzindo a probabilidade de um evento adverso nas etapas da contratação, evitando o desperdício dos recursos públicos e maximizando o desempenho organizacional.

Lei Geral de Proteção de Dados: o TRE-PR implantou novas cláusulas nos Editais das Licitações e contratos com o objetivo de atender às determinações da Lei nº 13.709/2018. Em dezembro o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais aprovou o modelo a ser utilizado nos termos aditivos aos contratos vigentes, viabilizando sua adequação mediante cronograma de implantação, que prioriza os contratos com maior exposição de dados pessoais dos envolvidos.

Contratações e Gastos

O Plano Anual das Contratações de 2021 está disponível [aqui](#). Em 2021, foram realizados diversos procedimentos de contratação, sendo:

Dispensa de Licitação: 75 e 01 cotação eletrônica

Inexigibilidade de Licitação: 82

Pregão Eletrônico: 61

Tomada de preços: 01

TRE-PR como órgão partícipe: 03 licitações

Foram, ainda, firmados 70 contratos (01 decorrente de credenciamento aberto em 2019 e 24 decorrentes de acordos de cooperação técnica com outros órgãos) e emitidas 61 Atas de Registro de Preços.

Contratações - Principais Finalidades (valores empenhados)



Fonte SECOFC (TRE-PR)

Principais Contratações - Dispensa de Licitação



Fonte SECOFC (TRE-PR)

Principais Contratações Precedidas de Licitação

Principais Contratações - Inexigibilidade



Fonte SECOFC (TRE-PR)

Em 2021 as principais contratações precedidas de licitação foram destinadas à manutenção e conservação dos imóveis do interior e capital, bem como o planejamento para as eleições 2022. Assim, foram licitados, por Registro de Preços, contratação de material de expediente, acondicionamento e embalagens, materiais de manutenção predial, materiais de elétrica e materiais de consumo na categoria de EPIs – equipamento de proteção individual. Além disso, destacamos as seguintes contratações:

Divisórias

Finalidade: atendimento às demandas relativas a alterações de layouts das unidades do TRE para melhor acomodação de servidores e melhor aproveitamento do espaço interno

Objetivos Estratégicos: Garantia dos direitos fundamentais; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Principais serviços contratados: fornecimento e instalação de módulos de divisórias de saque frontal

Valor total estimado: R\$ 1.294.484,40

Valor total homologado: R\$ 1.285.761,40

Contratada: SPR Móveis e Divisórias Articuladas Ltda.

Acesso IP Permanente

Finalidade: prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas; assegurar a obtenção de benefícios através do investimento de TI e do portfólio de serviços; prestar serviços de TI em consonância com os requisitos da instituição; manter e aprimorar a segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos; aperfeiçoar utilização de ativos, recursos e capacidade de TI

Objetivos Estratégicos: Garantia dos direitos fundamentais; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Principais Serviços contratados: circuito de dados para acesso à internet

Valor total estimado: R\$ 548.397,00

Valor total homologado: R\$ 84.000,00

Contratada: Algar Soluções em TIC SA

Data Center

Finalidade: prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas; aprimorar a gestão de processos organizacionais; garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação

Objetivos Estratégicos: Garantia dos direitos fundamentais; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e da governança judiciária

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Principais serviços contratados: fornecimento e instalação, implantação e integração de data center modular outdoor, com aderência aos requisitos de disponibilidade do sistema elétrico, lógico, climatização e segurança estrutural do NÍVEL 3 da norma TIA 942

Valor total estimado: R\$ 2.917.041,06

Valor total homologado: R\$ 2.357.615,98

Contratada: Green4t Soluções TI LTDA

Telefonia Móvel Pessoal

Finalidade: garantir a continuidade da prestação dos serviços de telefonia móvel (voz e dados), imprescindíveis à execução das atividades e atendimento à população, em especial frente ao atendimento remoto

Objetivos Estratégicos: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral; Aprimorar a Gestão da Execução Orçamentária e Financeira; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Principais serviços contratados: linhas móveis, pacotes de voz e dados, chips de dados

Valor total estimado: R\$ 386.598,54

Valor total homologado: R\$ 344.325,00

Contratada: Telefonica Brasil SA

Condução de veículos

Finalidade: atender às necessidades de transporte de pessoas e bens com segurança

Objetivos Estratégicos: Garantia dos direitos fundamentais; Aprimorar a Gestão da Execução Orçamentária e Financeira; Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico

Principais serviços contratados: postos de trabalho de motoristas

Valor total estimado: R\$ 2.211.907,17

Valor total homologado: R\$ 1.812.299,06

Contratada: Flamaserv Serviços Terceirizados Ltda.

Destacamos, ainda, as seguintes contratações decorrentes de licitações compartilhadas, nos quais o TRE-PR atuou como partícipe:¹

Aquisição de licenças Google Workspace

Órgão Gerenciador: TRE-PA

Ano da abertura da licitação: 2021

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2021

Pregão Eletrônico: 30/2021

Finalidade: expansão da capacidade de armazenamento de e-mails e arquivos; promover mobilidade no acesso às ferramentas de comunicação e colaboração; redução de custos; desoneração das rotinas de backup; melhoria das ferramentas de videoconferência

Objetivos Estratégicos: Garantia dos direitos fundamentais; Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico - SRP – TRE/PA

Principais serviços contratados: licenças de software

Valor total estimado: R\$ 2.655.465,45

Valor total homologado: R\$ 2.469.482,00

Contratada: IPNET Serviços em Nuvem e Desenvolvimento de Sistemas Ltda.

Solução de Segurança da Informação para Sistemas Críticos

Órgão Gerenciador: Fundação Universidade Federal do Amapá

Ano da abertura da licitação: 2020

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2021

Pregão Eletrônico: 15/2020

Finalidade: aquisição de solução de gerenciamento de acessos privilegiados e cofres de senhas utilizada para manter seguras as credenciais e autorizar o acesso em nível privilegiado para os administradores de sistemas e demais usuários de alto nível, oferecendo um nível de controle adequado na gestão de ativos de informação

Objetivos Estratégicos: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico - SRP - Fundação Universidade Federal do Amapá

Principais Serviços contratados: licenças de software

Valor total estimado: R\$ 17.612.457,98

Valor total homologado: R\$ 14.039.910,00

Contratada: Approach Tecnologia Ltda.

Solução integrada de antivírus

Órgão Gerenciador: Tribunal Superior Eleitoral

Ano da abertura da licitação: 2021

Ano da contratação pelo TRE-PR: ainda não contratado

Pregão Eletrônico: 84/2021

Finalidade: proteger, controlar, gerenciar, auditar e monitorar contas privilegiadas e ativos críticos

Objetivos Estratégicos: Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional; Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Aperfeiçoamento da gestão administrativa e judiciária; Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e da governança judiciária

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico - SRP - TSE

Principais serviços contratados: licenças de software

Valor total estimado: R\$ 24.359.440,06

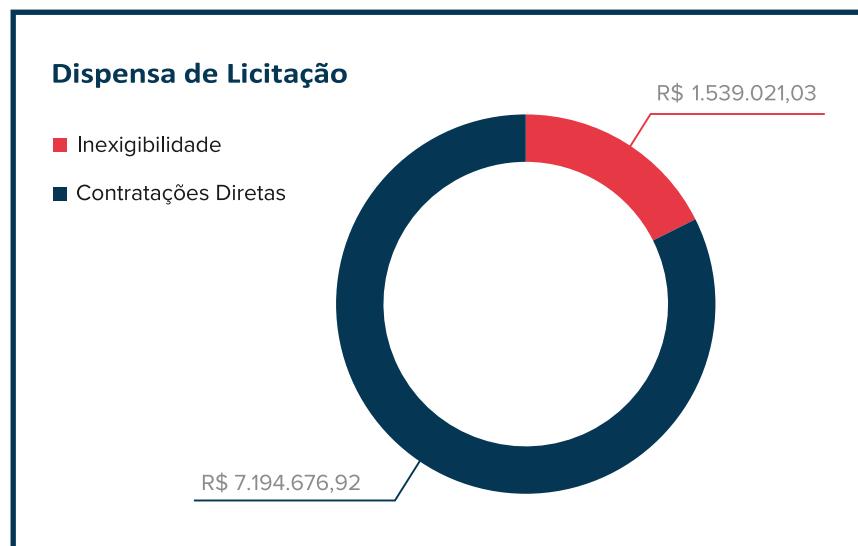
Valor total homologado: R\$ 13.264.451,00

Contratada: DFTI - Comércio e Serviços de Informática Ltda.

¹ As licitações ocorreram nos anos de 2020 e 2021, sendo certo que algumas contratações foram concretizadas pelo TRE-PR em 2021.

Contratações Diretas

As contratações celebradas de forma direta foram fundamentadas no artigo 24, incisos I, II, IV, V, VIII, XI, XIII, XXII e artigo 25, caput, inciso I e II, todos da Lei nº 8666/93 bem como, excepcionalmente, na legislação elaborada para auxiliar no combate ao Covid-19: Lei nº 13.979/2020, conforme detalhamento seguinte:



Dispensa de Licitação - Principais Contratações	
Contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional	R\$ 3.584.730,06
Contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural	R\$ 1.482.613,77
Casos de emergência ou de calamidade pública	R\$ 724.607,41
Aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública	R\$ 506.095,62
Outros serviços e compras	R\$ 434.645,83
Obras e serviços de engenharia	R\$ 305.584,50
Licitação anterior deserta	R\$ 57.305,57
COVID-19 (Lei nº 13979)	R\$ 60.150,00
Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual	R\$ 38.944,16

*Dados conforme fundamento legal

Inexigibilidade - Principais Contratações	
Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	R\$ 10.511,00
Contratação de serviços técnicos	R\$ 455.473,16
Inviabilidade de competição	R\$ 1.073.036,87

*Dados conforme fundamento legal

Metas não atingidas, Desafios, Ações e Perspectivas Futuras

Metas não Atingidas

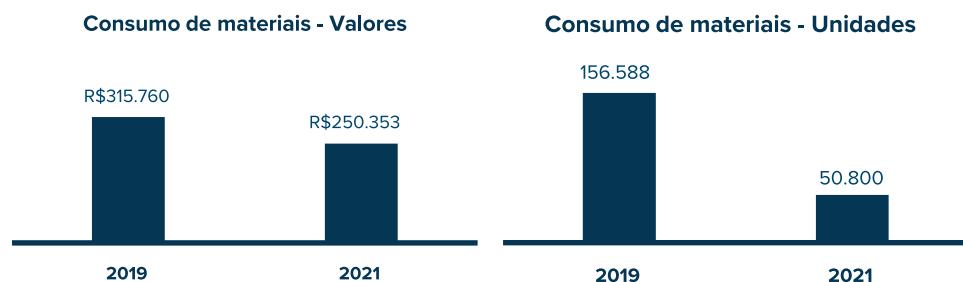
Não foi possível alcançar a meta de “Cadastrar, no SPIUNet, 70% dos imóveis em uso pelo Tribunal” devido as alterações realizadas nos procedimentos acordados com a SPU. Contudo foi realizado o levantamento das metragens e forma de ocupação de todos os imóveis em uso pelo Tribunal, atendendo à Portaria Conjunta nº 38, de 31 de julho/2020, sendo informado à SPU e realizada a inclusão das informações, no SPIUnet, referente aos imóveis que já se encontram sob responsabilidade do TRE.

Desafios Atingidos

- Regularização da documentação de 50 imóveis situados no interior perante os Cartórios de Imóveis que apresentavam inconsistências (38,76%).
- Promover o inventário de bens de consumo com critérios de sustentabilidade no formato do Guia Verde.
- Dar melhor aproveitamento aos bens permanentes existentes no TRE e otimizar a utilização dos espaços, plano de ação interno.
- Promover a conscientização dos servidores quanto a necessidade de melhorar o acondicionamento dos materiais de consumo para viabilizar a reutilização dos materiais e, com isso, promover a redução do consumo, prolongando a vida útil dos bens (projeto “Cada Coisa no Seu Lugar”).
- Identificar os materiais plásticos que são passíveis de descontinuidade ou substituição por materiais sustentáveis, de forma a contribuir

para a redução do impacto ambiental (projeto “Atitude Consciente – Estudo para Descontinuidade de Aquisições de Materiais Plásticos”)

- Publicação do manual de fiscalização de contratos.
- Mapear a redução de materiais de consumo no ano de 2020 e 2021 (comparativo entre anos pares e ímpares) em decorrência do trabalho remoto devido à pandemia e aumento do home office.



Ações e Perspectivas Futuras

- Apresentar proposta para normatização dos prazos do Cronograma Anual de Contratações.
- Apresentar estudo e plano de ação para compras compartilhadas.
- Elaborar catálogo de bens permanentes com descritivos padronizados para sua aquisição.
- Realizar pesquisa de satisfação do usuário referente aos materiais de consumo/permanente encaminhados para utilização
- Reestruturar as unidades administrativas da Secretaria para atender as exigências da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021); Elaborar catálogo de bens permanentes padronizados do TRE-PR.
- Ampliação das compras compartilhadas.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na execução da gestão patrimonial e da infraestrutura são observados pelo TRE-PR os princípios e regras norteadores da Administração Pública, em especial: Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e 04/2014); Norma Técnica nº 01/2014 da Política da TI do TRE-PR; NBR 9050:2015 (acessibilidade); Resolução TSE nº 23.474/2016; Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Resoluções TRE-PR nº 654/93, 756/2017; 766/17, 790/2017, 807/2018, 815/2018, 862/2020 e 878/2021; Instruções Normativas TRE-PR nº 01/2017, 03/2020 e 05/2020; Resolução CNJ nº 435/2021.

Entre as principais medidas para controle e prevenção de falhas e irregularidades destacam-se:

Medidas de segurança: em 2021 houve a criação do Grupo Permanente de Inteligência de Segurança Institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (Portaria nº 194/21 DG); firmado Acordo de Cooperação Técnica com o TJ-PR; e realizado Diagnóstico de Segurança da Justiça Eleitoral do Paraná.

Brigada de incêndio: o TRE-PR conta com brigada de incêndio formada por servidores e concluiu, em 2021, o projeto de combate a incêndio relativos aos prédios da sede. Também foram elaborados os Projetos Técnicos de Prevenção a Incêndio e a Desastre - PTPID para os Fóruns Eleitorais de Campo Mourão Colombo, Ipiranga, Joaquim Távora, Palmas, e Terra Roxa.

Transporte e Expedição: os serviços de transporte são regulamentados pela IN TRE-PR nº 01/2017. A utilização do estacionamento no prédio Sede e no Fórum Eleitoral de Curitiba é disciplinada pela Regulamentação Administrativa nº 05/2015. Em atendimento ao Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral, Res. nº 23.474/2016 do TSE, é feito o controle de custos da frota.

Infraestrutura Predial: as demandas de manutenção e conservação de cada unidade da Justiça Eleitoral do Paraná são realizadas de acordo com o planejamento da Secretaria de Gestão de Serviços, mediante cronograma estabelecido do Plano de Reformas e Serviços. Aplica-se a metodologia de priorização, conforme pesos atribuídos aos di-

versos aspectos: técnicos, legais, objetivos estratégicos. O Tribunal utiliza, ainda, o Sistema Engeman para controle das demandas e registro das condições dos imóveis.

Contenção de Cheias: o projeto para a contenção de cheias do Fórum Eleitoral de Curitiba teve sua execução iniciada em 2020 e concluída em 2021, o projeto referente à Sede teve a execução iniciada em 2021 e será concluído em 2022.

Planejamento, Execução e Fiscalização das Contratações: são observadas as exigências de cada fase da contratação, de acordo com o objeto e em consonância com as normas vigentes, em especial a IN nº 05/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, incluindo gerenciamento de riscos e as normas internas (Norma de Planejamento das Contratações do TRE-PR IN nº 05/2020 e Manual de Contratações); utilizado o Manual de Gestão e Fiscalização do TSE, bem como Orientações de Licitações e Contratos do TCU; utilizado o Sistema Contratos Gov para auxílio à gestão contratual, Publicação da Norma de Planejamento das Contratações do TRE –PR.

Parque Imobiliário

O parque imobiliário utilizado pelo TRE-PR é composto por 159 imóveis (patrimônio imobiliário da União).

Capital: 5 imóveis, sendo: 1 sede administrativa do TRE-PR, 1 Fórum Eleitoral, 2 depósitos e 1 anexo.

Interior do Estado: 154 imóveis, sendo: 153 destinados aos Fóruns Eleitorais e 1 à usina fotovoltaica do TRE-PR.

Há convênio com o TJ-PR para cessão de 4 imóveis onde estão alojadas as Zonas Eleitorais de Congonhinhas – 99^a ZE, Nova Fátima – 108^a ZE, Primeiro de Maio – 104^a ZE e Xambrê – 117^a ZE).

A relação completa dos imóveis pode ser acessada em <http://www.justiciaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-informacoes-imoveis>.

Manutenção e Conservação Predial

Entre as atividades de manutenção realizadas durante o exercício destacaram-se: serviços de limpeza; copeiragem; manutenção de equipe volante para prestação de serviços técnicos no interior do Estado; serviços gerais; manutenção elétrica, hidráulica e pequenos reparos; manutenção de ar-condicionado; manutenção predial geral e jardinagem.

Apesar dos custos de manutenção, a prestação de serviços em Fóruns Eleitorais instalados em imóveis pertencentes à União mostrou-se vantajosa, principalmente quando considerados aspectos como despesas com a locação de imóveis, a proximidade para eleitores e partidos políticos, o incentivo à democracia, a qualidade no atendi-

mento dos eleitores e a produtividade dos servidores.

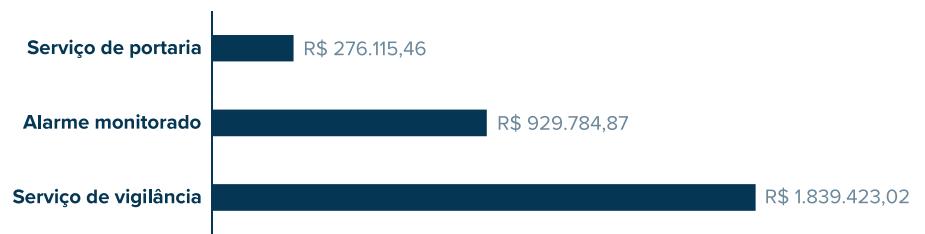
Manutenção e Conservação - Principais despesas



Fonte SECGS TRE-PR

Além das despesas supracitadas, também incluem-se despesas de segurança, voltadas à conservação predial:

Segurança - Principais Despesas



Fonte SECGS TRE-PR

Locação de Imóveis e Equipamentos

Em 2021, foram gastos R\$ 24.714,96 em razão da contratação de empresa especializada na locação de máquinas fotocopiadoras marca/modelo HP E72535DN, com prestação de serviços de assistência técnica e fornecimento de todos os suprimentos necessários, com exceção do papel, para atender às necessidades deste Tribunal (Sede) – Contrato n.º 40/2020. Valor mensal R\$2.059,58.

Mudanças e Desmobilizações

Não foram realizadas mudanças ou desmobilizações relevantes em 2021.

Principais Investimentos

Em 2021, o TRE-PR priorizou investimentos voltados à Tecnologia da Informação, readequação da infraestrutura possibilitando uma melhor utilização dos ambientes, reformas para readequação dos imóveis em relação à acessibilidade e mobiliário. Os investimentos visaram sobretudo a melhoria da infraestrutura interna da Justiça Eleitoral paranaense e a eficiência na prestação do serviço público, permitindo a concretização dos objetivos estratégicos da instituição.

Além disso, foi realizada a aquisição de 1.520 urnas eletrônicas com orçamento próprio do TSE no total de R\$ 4.360.093,20.

Principais Investimentos (valores empenhados – dados SECOFC TRE-PR)	
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 7.100.508,03
Servicos técnicos profissionais	R\$ 29.100,00
Material de TIC (permanente)	R\$ 76.970,00
Equipamentos de TIC - ativos de rede	R\$ 2.144.217,50
Equipamentos de TIC - computadores	R\$ 2.465.958,15
Equipamentos de TIC - servidores/storage	R\$ 2.357.615,98
Equipamentos de TIC- telefonia	R\$ 24.550,00
Equipamentos e material permanente	R\$ 2.096,40
Instalações	R\$ 2.289.697,66
Instalações	R\$ 2.289.697,66
Outros Materiais Permanentes e Equipamentos	R\$ 612.085,27
Aparelhos de medição e orientação	R\$ 105.900,00
Aparelhos e equipamentos de comunicação	R\$ 1.900,00
Aparelhos e utensílios domésticos	R\$ 24.206,20
Coleções e materiais bibliográficos	R\$ 16.034,93
Material de proteção e segurança	R\$ 2.157,30
Maquinas e equipamentos energéticos	R\$ 21.954,00
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	R\$ 339.305,32
Maquinas, utensílios e equipamentos diversos	R\$ 59.123,12
Maq., ferramentas e utensílios de oficina	R\$ 2.300,00
Mobiliário em geral	R\$ 13.900,00
Peças não incorporáveis a imóveis	R\$ 18.534,40
Estudos e projetos	R\$ 6.770,00
Móveis	R\$ 266.479,08
Mobiliário em geral	R\$ 266.479,08
Aquisição e Desenvolvimento de Software	R\$ 29.288,00
Aquisição de software pronto	R\$ 29.288,00

Bens permanentes de maior relevância financeira - Acumulado		
Descrição	Quantidade	Valor
Urna Eletrônica	30.611	R\$ 12.090.364,72
Microcomputadores	5.356	R\$ 5.697.792,57
Mobiliário	27.368	R\$ 2.488.754,14
Condicionadores de ar	1451	R\$ 2.166.863,83
Veículos	34	R\$ 1.944.831,53
Telefones	3.369	R\$ 452.817,12
Bebedouros	298	R\$ 230.157,17
Fragmentadoras	301	R\$ 164.384,45
Refrigeradores	286	R\$ 89.860,98
Forno de microondas	200	R\$ 37.584,62
Impressoras de senha	245	R\$ 36.730,29

Desfazimento de Ativos

Ocorreu o desfazimento de 3.612 itens durante o exercício de 2021, totalizando o montante de R\$ 583.954,50. A relação dos desfazimentos encontra-se disponível [aqui](#).

Desfazimento de Ativos			
Tipo de Bem	Quantidade	Valor	Itens Doados
Bens Permanentes	3.389	R\$ 574.115,60	Microcomputadores (722) Monitores de vídeo (537) Aparelhos telefônicos (247) Cadeiras/poltronas (201) Estabilizadores de voltagem (163) Nobreaks (103) Câmeras de segurança (64) Purificadores de água (40) Câmeras fotográficas (37) Televisores (26) Automóvel tipo furgão (1)
Bens de Consumo	223	R\$ 9.838,85	Cabos paralelos para impressora (61) Toner para impressora Samsung (12) Fitas ribbon zebra (40) Rolos de fita ribbon zebra (110)
Total	3.612	R\$ 583.954,50	

Principais Desafios, Ações e Perspectivas Futuras

Desafios

- Redução de Custos dos contratos continuados, sem perda da qualidade indispensável dos serviços prestados para manter a máquina pública, bem como direcionando recursos para outros contratos relevantes e indispensáveis.
- Implantação da gestão integrada de serviços, visando a incluir em única contratação os serviços de administração predial, para os imóveis da Capital e Região Metropolitana.
- Aperfeiçoamento da prestação dos serviços de manutenção predial rotineira e de pequenas reformas, adotando-se contratações por polos.
- Aperfeiçoamento da metodologia que define critérios para priorização das demandas relacionadas à gestão da infraestrutura dos imóveis, propiciando maior transparência aos usuários e ao

público externo.

- Aperfeiçoar os procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos, de forma a não sobrecarregar os servidores.

Ações e Perspectivas Futuras

- Realização de Acordos de Cooperação Técnica com demais órgãos de Segurança e Inteligência.
- Promover a instalação do novo sistema de CFTV em todas as unidades da Justiça Eleitoral Paranaense, atendendo assim uma das recomendações da Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça.
- Criação do serviço de monitoramento de imagens CFTV e Alarme, a ser realizado na estrutura do TRE, em substituição aos serviços de monitoramento de alarme monitorado realizado externamente por empresa contratada.
- Implementar um novo formato para os serviços de manutenção predial dos Fóruns do interior do estado por polos.
- Capacitação dos servidores do interior quanto à fiscalização na execução de contratos.
- Continuidade do processo de regularização dos imóveis da Capital, quanto à documentação e implementação das adequações necessárias (Seção de Obras e Projetos).
- Adequações dos imóveis do interior para que possam ser regularizadas as documentações pelo Núcleo de Gestão Documental de Imóveis.
- Implementação das reformas necessárias para que sejam atingidas as metas dos indicadores estratégicos de Acessibilidade e da Segurança do Trabalho em Altura.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades são observadas as orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 370/2021 que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2021-2026.

Quanto às normas editadas pelo próprio TRE-PR tem grande relevância para a gestão da tecnologia da informação, entre outros normativos: a Resolução TRE-PR nº 756/2017, que instituiu o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação; a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018, que institui o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e a Portaria TRE-PR nº 370/2021, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2021/2022.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas:

Conselho de Governança

Composto pelos membros da alta administração do TRE-PR.

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação

Composto pelo secretário da TI, secretários de outras unidades do Tribunal, representantes de diversas coordenadorias subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – ASSDG e representantes de Cartório Eleitoral. É responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.

Comitê Executivo de Tecnologia da Informação

Composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, das Coordenadorias vinculadas à TI e do Gabinete da Secretaria de Tecnologia da Informação ou, na sua falta, servidor designado pelo Secretário para assuntos de Governança de Tecnologia da Informação. É responsável, entre outros, pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

Principais contratações, iniciativas e sistemas

Principais Contratações

Executados diretamente pela SECTI: R\$ 9.465.338,21

Executado por outras Secretarias: R\$ 222.505,99

Total: R\$ 9.687.844,20

Contratações em Destaque

Aquisição de 365 estações de trabalho - desktop	R\$ 1.791.887,20
Fornecimento de solução de segurança da informação para sistemas críticos”	R\$ 1.097.150,00
Aquisição de 50 unidades de switch de acesso	R\$ 946.717,50
Solução de segurança da informação para sistemas críticos	R\$ 746.250,00
Serviços de telecomunicações para prover comunicação entre o TRE-PR e respectivos cartórios eleitorais – (backbone secundário)	R\$ 679.027,91

Principais iniciativas

Apoio técnico e de infraestrutura às atividades das Zonas Eleitorais e sede para que fosse possível o trabalho remoto durante a pandemia (COVID-19).

Disponibilização de nova plataforma de colaboração em nuvem, substituindo a solução atual de e-mail e colaboração.

Estruturação do Portal de Business Intelligence (BI).

Implantação de soluções de segurança da informação.

Direcionamento financeiro nas aquisições com troca de custeio por investimento.

Implantação de Sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho.

Implantação do Sistema de Atendimento ao Cidadão da Ouvidoria.

Implantação do Balcão Virtual.

Principais sistemas de TI em 2021

Diário da Justiça Eletrônico (DJE): utilizado para realização de publicações no Diário da Justiça Eleitoral.

Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO): responsável por manter o Cadastro Eleitoral.

Sistema de Informação de Óbitos e de Direitos Políticos

(InfoDip): responsável pelo encaminhamento e tratamento das comunicações de direitos políticos e óbitos.

Sistema Processo Administrativo Digital (PAD): responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.

Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe): responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em 1º e 2º Graus de jurisdição.

Sistemas de Eleição: conjunto de sistemas destinados a suportar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.

Segurança da informação

O **Comitê Gestor de Segurança da Informação**, cujos membros foram nomeados pela Portaria TRE-PR nº 876/2021, organiza e mantém o Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Justiça Eleitoral do Paraná, de acordo com a Resolução TSE nº

23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), com a Resolução CNJ nº 396/2021 (estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário) e com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e 27002:2013.

Entre as principais medidas adotadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação pode-se destacar:

- Reestruturada a Comissão de Segurança da Informação, face às Resoluções TSE nº 23.644/2021 (que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação – PSI no âmbito da Justiça Eleitoral) e CNJ n.º 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).
- Recomendada a criação de uma estrutura de segurança da informação, em consonância com a ENSEC-PJ.
- Acompanhamento de riscos e deliberação acerca da utilização de recursos informáticos, principalmente em face da realidade de trabalho remoto imposta pela pandemia de Covid-19.
- Acompanhamentos de diversos riscos para o período eleitoral, através de colaboração entre os diferentes entes da Justiça Eleitoral.

Principais Metas não Alcançadas e desafios

Principais Metas não alcançadas

- Implementação do Outsourcing de Impressão.
- Início do programa de Residência em TI.

Principais Desafios

- Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.
- Desenvolver perfis de pessoal para os novos desafios.
- Estabelecer de uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções.
- Adequar orçamento à mudança de paradigma investimento x custeio na contratação de soluções de TI.

- Apoiar o funcionamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral no contexto da pandemia (COVID-19).

Ações e Perspectivas Futuras:

- Aperfeiçoar a gestão de capacidade e recursos.
- Aperfeiçoar o compliance com regulamentações internas e externas.
- Assegurar o atendimento da nova Resolução CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026.
- Apoiar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Atender às determinações da Resolução CNJ nº 182/2013, que trata das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação.
- Aproximação com as áreas de negócio para uma racionalização das iniciativas desenvolvidas.
- Unificar os serviços de suporte.
- Aperfeiçoar a capacidade de desenvolvimento de aplicações móveis.
- Aproximação com o mundo acadêmico através de Programa de Residência em TI.
- Evolução da infraestrutura de Datacenter.
- Plataforma de colaboração em nuvem.
- Avanços em tecnologias de Business Intelligence e Inteligência Artificial.

UNIDADES DA GESTÃO SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As atividades relativas à gestão sustentável objetivam: incentivar o combate ao desperdício, promovendo ações voltadas para práticas de consumo consciente e à eficiência do gasto público; promover a gestão adequada dos resíduos gerados; promover e consolidar a política de sustentabilidade; promover campanhas de educação ambiental; planejar e propor acordos técnicos, parcerias e intercâmbio de experiências com órgãos e entidades do poder público que possam contribuir com as metas da Justiça Eleitoral.

O Plano de Logística Sustentável – PLS – Ações 2021 contemplou objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução, como também mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitiram estabelecer e acompanhar as práticas de sustentabilidade, a racionalização, a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral, conforme preconiza o art. 10 da Resolução TSE nº 23.474/2016.

A normatização da política de sustentabilidade deu-se por meio da Resolução TRE-PR nº 807/2018, utilizada como fundamento para instituição, planejamento e execução de importantes ações, contemplando princípios e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da instituição, abrangendo aspectos físicos, tecnológicos e humanos da organização.

- Saiba mais em <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/gestao-socioambiental>
- Saiba mais em <https://apps.tre-pr.jus.br/files/legislacaocompilada/res/2018/Res08072018.html>

Conformidade Legal

No desenvolvimento das atividades relativas à sustentabilidade são observadas, entre outros, as disposições da Lei nº 12.305/2010, os Decretos nº 5940/2006 e nº 7.746/2012, a Resolução CNJ nº 400/2021, os princípios e recomendações expressas das Resoluções TSE nº 23.474/2016 e nº 23.505/2016 e as determinações da Resolução TRE-PR nº 807/2018.



Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A Política de Gestão das Contratações do TRE-PR é disciplinada pela Resolução TRE-PR nº 815/2018. Entre as diretrizes estabelecidas destaca-se o incentivo à adoção de contratações sustentáveis, a fim de promover a aquisição e a utilização consciente de produtos e serviços. As contratações efetuadas, conforme a Política Institucional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Paraná (Resolução TRE-PR nº 807/2018), deverão observar:

- critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços.
- critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia.
- o desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes.
- emprego da logística reversa, sempre que possível, na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de

acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

As práticas de consumo do TRE-PR são respaldadas nas diretrizes dos **5Rs**:

Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo.

Recusar possibilidades de consumo desnecessário.

Reducir o consumo, optando por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.

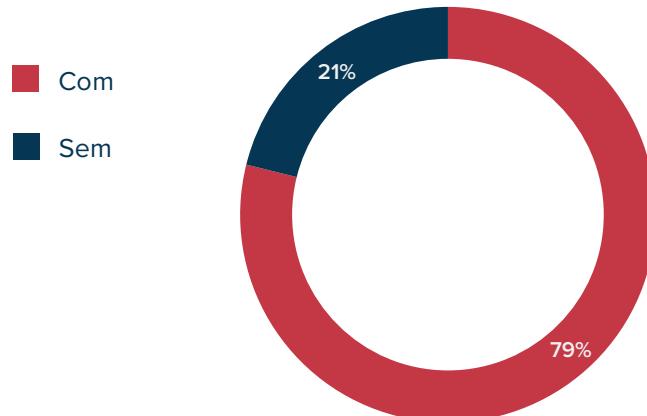
Reutilizar, reaproveitando o que seria descartado.

Reciclar, transformando materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Nas contratações sustentáveis, objetiva-se ainda:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT.
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*).
- que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego-TEM.
- que comprovem melhor desempenho energético.
- que apresentem critérios da rastreabilidade e/ou da origem dos insu- mos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento.
- que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Fe- deral (CTF), expedido pelo IBAMA, para substâncias agressoras da ca- mada de ozônio, dentre outros.

Contratações com Critério de Sustentabilidade



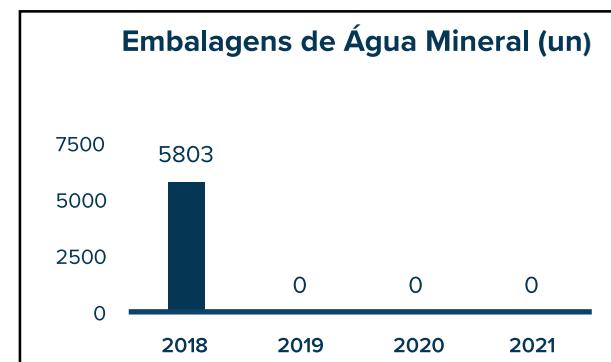
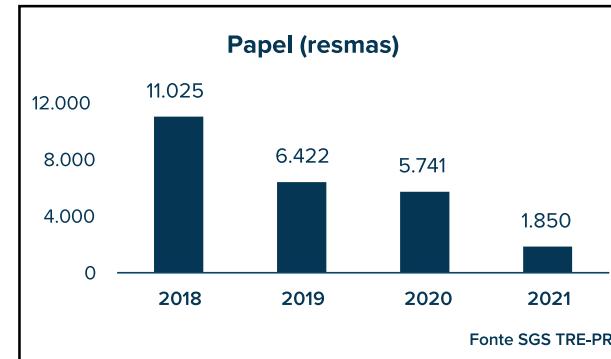
Fonte TRE-PR (SECRA)

Redução do Consumo de Recursos Naturais e Resíduos Poluentes

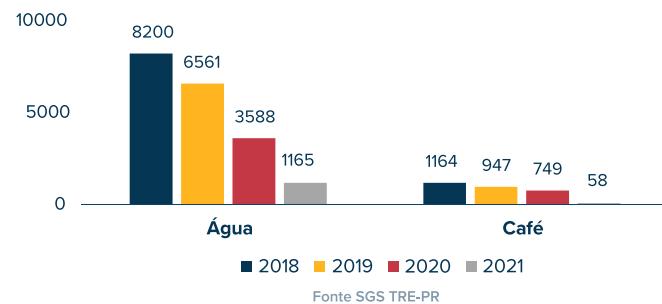
Desde o anúncio da Pandemia (COVID-19) foi instituída uma série de normativos com vistas a formalizar procedimentos e regras gerais e internas para prevenção e contenção da propagação da doença.

Dentre estas medidas, e de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS, implantou-se o regime home office para grande parte de servidores e colaboradores, além da redução drástica da presença do público externo nos ambientes do TRE-PR, inclusive no período de regularização de pendências eleitorais, utilizando-se o meio virtual para a realização destes procedimentos. Assim, é natural que os indicadores correspondentes ao consumo de recursos naturais tenham sofrido reduções.

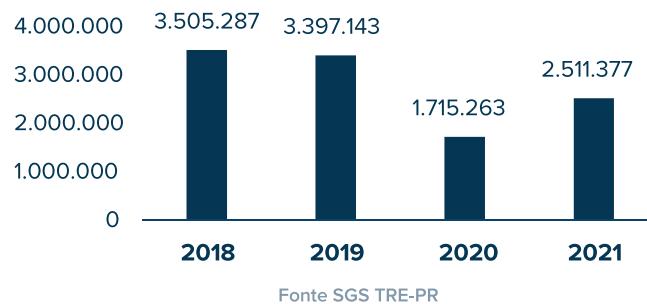
À título de exemplificação, quanto às ações que envolvem reduções de agentes poluentes: num intervalo de 370 dias de funcionamento da Usina Fotovoltaica do TRE/PR (19/01/2021 a 24/01/2022) a redução de emissão do CO² na atmosfera, por conta do uso da geração de energia elétrica por células fotovoltaicas, foi de 3.065.599 Kg. Fazendo-se uma proporção para 365 dias, pode-se concluir que em 2021 a UFV do TRE-PR contribuiu com uma redução de 3.355.886,08 Kg a emissão de CO².



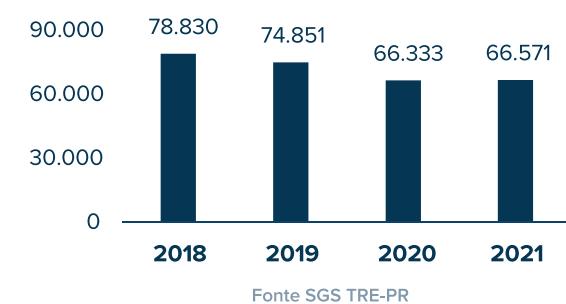
Copos Descartáveis (centos)



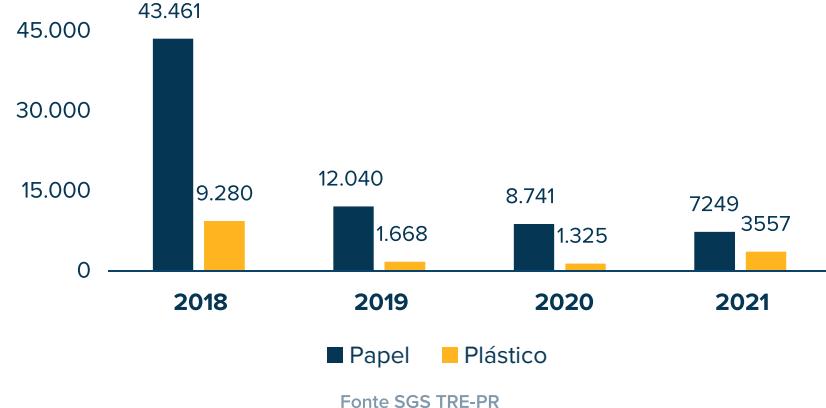
Energia Elétrica (kwh)



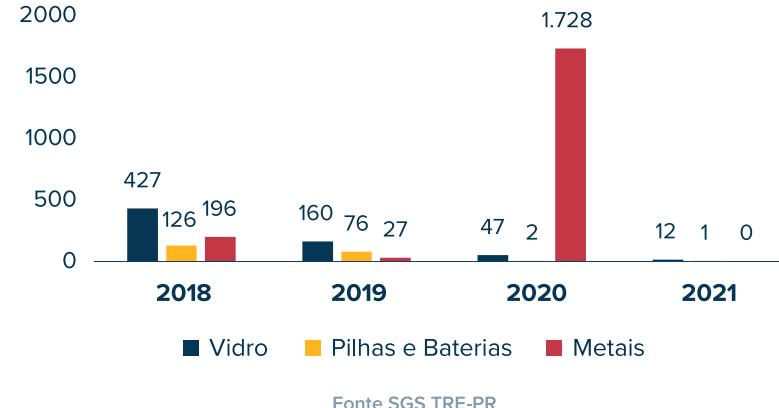
Combustível (litros)



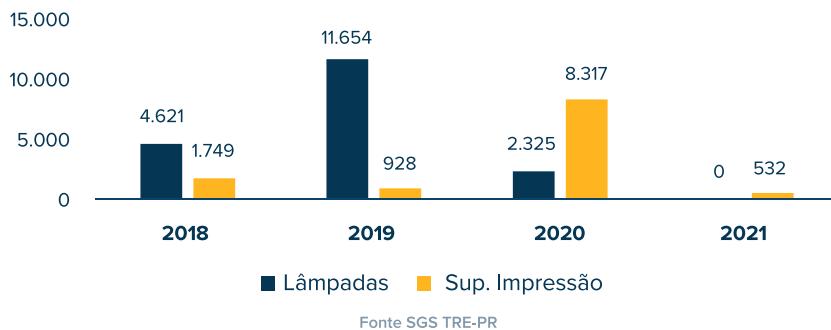
Destinação - Papel e Plástico (kg)



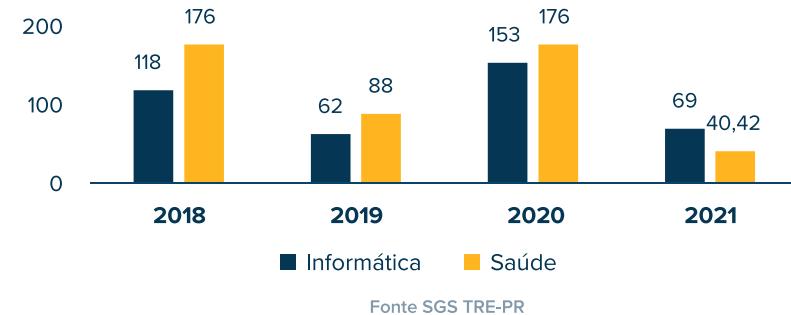
Destinação de Metais, Pilhas e Baterias (Kg)



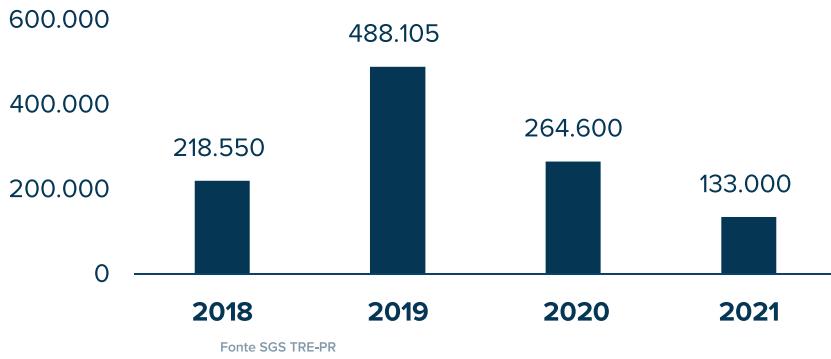
Destinação - Lâmpadas e Suprimentos de Impressão (un)



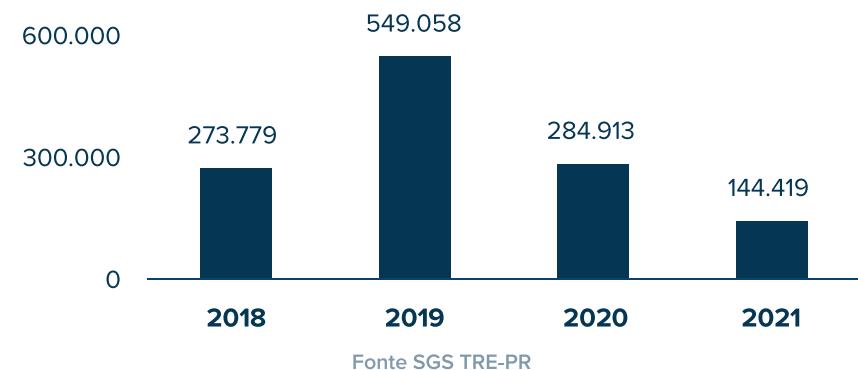
Destinação de Resíduos de Informática e Saúde (Kg)



Destinação - Resíduos de Obras e Reformas (Kg)



Destinação Total para Reciclagem (Kg)



Principais ações para redução de consumo de recursos naturais

- Matérias na intranet: divulgadas orientações para sensibilizações e controle do uso dos recursos naturais visando a economia.
- Campanha ECOEsquadrão: realizada com o objetivo de conscientizar sobre o desperdício dos recursos naturais, a necessidade de mudança de velhos hábitos e de adquirir novas práticas diárias para contribuir com a sobrevivência e o desenvolvimento da humanidade.
- Comissão Temporária de Conservação de Energia: criada por meio da Portaria no 178/2021 com o objetivo de atender ao Decreto no 10.779/21, que determina a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal.
- Reduzir e racionalizar o consumo de bens naturais.
- Intensificar contratações sustentáveis com o objetivo de assegurar que na contratação de bens, serviços ou obras por parte da Administração Pública, seja selecionada a proposta mais vantajosa, dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental aplicáveis, conforme exposto no art. 3º, caput, Lei nº 8.666/93).

Principais ações para redução de poluentes

- Campanhas de reciclagem - “óleo no lugar”, tampinha solidária”; pilhas.
- Projeto de Eficientização Energética: estabelecido pelo Termo de Cooperação Técnica 4600013922/2017, teve a participação da Copel, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Governo do Estado do Paraná e do TRE-PR.
- Projeto de arborização.

Ações Futuras

Incentivar o combate ao desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente e efetividade do gasto público. Promover campanhas de educação ambiental, com vistas à sensibilização e conscientização da força de trabalho e do público em geral.

Gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutam nesses indicadores.

Promover a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, visando a sua redução, por meio de incentivo a coleta seletiva, reciclagem de materiais e a inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política de Resíduos Sólidos e as limitações regionais.

Desafios e Ações Futuras

Desafios

- Gestão de resíduos - diagnosticar e avaliar o grau de sustentabilidade na gestão de resíduos do TRE-PR, com enfoque nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Visando garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos, o TRE-PR adota entre outras medidas a realização de cursos para capacitação, a contratação de treinamentos específicos, a edição de normas que orientam e disciplinam a atuação dos servidores, a elaboração de manuais, a adoção de mecanismos de controle interno, bem como a realização de auditorias, correições e inspeções.

Durante o ano de 2021 foram oferecidos treinamentos e diversos cursos de capacitação, os quais abordaram, entre outros temas: desenvolvimento de gestores no setor público, Lei geral de proteção de dados pessoais, gerenciamento de riscos, gestão e fiscalização de contratos, aprendizado da ferramenta Microsoft Power BI, aprendizado e desenvolvimento de técnicas de comunicação e gestão de conflitos.

Mecanismos de controle interno foram adotados pelas próprias unidades, visando sempre prevenir ou corrigir eventuais falhas na realização dos procedimentos. A atividade correcional, exercida pelo Corregedor Regional

Eleitoral em todo o Estado do Paraná e pelos Juízes Eleitorais, no limite de sua jurisdição, visou à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios. Em razão da pandemia, o Tribunal realizou somente correições virtuais.

AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna tem por objetivo primordial avaliar os resultados da gerência da coisa pública, auxiliando a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos e no aprimoramento e fortalecimento de seus processos de trabalho. O Plano de Auditoria de Longo Prazo—PALP, prevê as ações a serem realizadas no prazo de 04 anos enquanto Plano Anual de Auditoria — PAA estabelece as ações que serão executadas durante o exercício. Ambos estão disponíveis [aqui](#).

Em 2021 foram realizadas 14 auditorias e 02 consultorias.

Correição Ordinária

Efetivada anualmente pelo Juiz Eleitoral da Zona respectiva, em exercício, titular ou substituto, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral. Em 2021, todas as Zonas Eleitorais fizeram correições ordinariamente.

Correição Extraordinária

Fiscalização excepcional, realizada a qualquer tempo pelo Juiz Eleitoral, de ofício, sempre que tomar conhecimento de erros, abusos, ou irregularidades que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, ou pelo Corregedor Regional Eleitoral, nessas situações ou quando entender necessário. Poderá ser geral ou parcial, conforme abrange ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral. Em 2021 foram realizadas 58 correições extraordinárias, todas realizadas virtualmente.

Inspeção Correcional

Destina-se a orientar e fiscalizar os serviços da Zona Eleitoral, sempre que o Corregedor Regional Eleitoral ou o Juiz Eleitoral entender necessário. É realizada a qualquer tempo, sem prévio aviso, facultada a elaboração de relatórios. Em 2021 não foram realizadas inspeções.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, exerce o papel de Setorial Contábil, de Unidade Gestora - UG, sendo responsável apenas pela sua contabilidade.

A responsabilidade pela análise e validação das demonstrações contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – unidade vinculada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 99 da [Resolução nº860/2020](#).

A responsável pelo registro da conformidade contábil, desde 15/10/2014, é Angela Cristane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade e está lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

Os procedimentos adotados baseiam-se:

- nos Princípios e Normas Contábeis Aplicáveis ao Setor Público;
- no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- no Plano de Contas da União, e;
- nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções.

Todas as atividades têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam:

- Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), e;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8^a ed.– MCASP e Manual SIAFI.

Balanço Orçamentário

Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Patrimonial

Evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Notas explicativas sobre as informações contábeis estão disponíveis, na íntegra, em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstrativos-contabeis>.

Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Durante o ano de 2021 houve continuidade nas ações voltadas para o aperfeiçoamento das práticas iniciadas em 2020, referentes aos bens intangíveis e aos bens imóveis.

Em decorrência do Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 do TSE, ocorreu ajuste na atualização de valor patrimonial das urnas eletrônicas objetivando padronização de valores no âmbito da Justiça Eleitoral.

Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª Edição, ocorreu o registro contábil dos valores reavaliados dos imóveis em conta de Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação.

No ano de 2021, após tratativas entre as áreas de patrimônio, contabilidade e auditoria, foram efetuadas baixas de valores de construções dos Fóruns Eleitorais que, após o registro no SPIUNET pela SPU, tiveram melhorias, benfeitorias, manutenções e ampliações realizadas até o final de 2020. Os registros foram efetuados em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício, são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 371.301.392,48, ocorre em função desta Unidade de Prestação de Contas – UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto um agente arrecadador. Observa-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
Receita				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DÉFICIT			371.301.392,48	371.301.392,48
TOTAL	-	-	371.301.392,48	371.301.392,48
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTO		15.339.385,00		(15.339.385,00)
Créditos cancelados		15.339.385,00		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	353.908.013,00	359.993.658,00	361.002.986,44	357.049.957,05	357.039.745,18	(1.009.328,44)
Pessoal e Encargos Sociais	300.909.158,00	308.497.566,00	309.678.463,96	307.114.463,96	307.114.463,96	(1180.897,96)
Outras Despesas Correntes	52.998.855,00	51.496.092,00	51.324.522,48	49.935.493,09	49.925.281,22	171.569,52
DESPESAS DE CAPITAL	2.400.000,00	11.653.740,00	10.298.406,04	7.432.262,14	7.418.115,34	1.355.333,96
Investimentos	2.400.000,00	11.653.740,00	10.298.406,04	7.432.262,14	7.418.115,34	1.355.333,96
TOTAL	356.308.013,00	371.647.398,00	371.301.392,48	364.482.219,19	364.457.860,52	346.005,52

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	5.378.074,36	3.737.894,01	3.737.894,01	1.589.324,16	50.856,19
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.469.305,91	1.511.856,14	1.511.856,14	957.449,77	-
Outras Despesas	-	2.908.768,45	2.226.037,87	2.226.037,87	631.874,39	50.856,19
DESPESAS DE CAPITAL	-	415.275,26	409.914,76	409.914,76	1.362,50	3.998,00
Investimentos	-	415.275,26	409.914,76	409.914,76	1.362,50	3.998,00
TOTAL	-	5.793.349,62	4.147.808,77	4.147.808,77	1.590.686,66	54.854,19

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24
Outras Despesas Correntes	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
TOTAL	47.285,66	68.735,37	11.294,19	678,60	104.048,24

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, e recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
INGRESSOS	2021	2020	AH
Transferências Financeiras Recebidas	370.654.356,57	391.388.868,24	
Resultantes da Execução Orçamentária	367.019.639,24	389.212.698,30	
Sub-repasso Recebido	367.019.639,24	389.212.698,30	-5,70%
Independentes da Execução Orçamentária	3.634.717,33	2.176.169,94	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.612.736,14	2.116.246,14	70,71%
Demais Transferências Recebidas	7.113,80	1.388,50	412,34%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	14.867,39	58.535,30	-74,60%
Recebimentos Extraorçamentários	10.776.912,54	10.660.866,62	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.358,67	37.673,38	-35,34%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.819.173,29	5.793.349,62	17,71%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	104.707,73	293.114,70	-64,28%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.828.672,85	4.536.728,92	
Arrecadação de Outra Unidade	3.827.168,85	4.505.372,86	-15,05%
Demais Recebimentos	1.504,00	31.356,06	-95,20%
Saldo do Exercício Anterior	217.290,84	498.360,88	
Caixa e Equivalentes de Caixa	217.290,84	498.360,88	-56,40%
TOTAL INGRESSOS	381.648.559,95	402.548.095,74	

DISPÊNDIOS	2021	2020	AH
Despesas Orçamentárias	371.301.392,48	394.951.041,92	
Ordinárias	307.479.185,40	331.325.332,69	-7,20%
Vinculadas	63.822.207,08	63.625.709,23	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.771.193,00	6.708.368,00	0,94%
Previdência Social (RPPS)	52.828.248,08	51.764.711,23	2,05%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.222.766,00	5.152.630,00	-18,05%
Transferências Financeiras Concedidas	3.849.150,04	4.565.296,66	
Independentes da Execução Orçamentária	.849.150,04	4.565.296,66	-7,83%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	0,00		
Movimento de Saldos Patrimoniais	3.849.150,04	4.565.296,66	-15,69%
Pagamentos Extraorçamentários	4.271.857,31	2.814.466,32	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.294,19	83.441,95	-86,46%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.147.808,77	2.431.930,02	70,56%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	112.754,35	299.094,35	-62,30%
Saldo para o Exercício Seguinte	2.226.160,12	217.290,84	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.226.160,12	217.290,84	924,51%
TOTAL DISPÊNDIOS	381.648.559,95	402.548.095,74	

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do ativo e do passivo.

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Para valores a receber referentes ao adiantamento do auxílio alimentação são reconhecidos como despesa pelo

regime de competência.

Estoques: são compostos pelos materiais adquiridos, enquanto não utilizados, para a destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP nº 04/2016.

Despesas pagas antecipadamente: os valores pagos antecipadamente com a aquisição de assinaturas, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2022. Serão reconhecidas como despesa, em conta de resultado, à medida que forem sendo

realizadas por procedimento automático do sistema SIAFI.

Bens móveis: Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São registrados pelo valor de aquisição e depreciados pelo método de cálculo das quotas constantes. No ano de 2021 houve a atualização e padronização, no âmbito da Justiça Eleitoral, do valor patrimonial das urnas eletrônicas conforme Ofício-Circular GAB-DG nº 110/2021 expedido pelo TSE. O valor de R\$ 5.354.776,98 foi registrado em contrapartida da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores considerando a adoção do modelo de avaliação pelo Custo (NBC TSP 08 – item 73).

Bens Imóveis: os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:

01 - Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra pois se utiliza de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SPIUNET, mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

02 - Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra. No ano de 2021 em decorrência de tratativas entre as áreas de patrimônio, contabilidade e auditoria, foram efetuadas baixas de valores de construções dos Fóruns Eleitorais que, após o registro no SPIUNET pela SPU, tiveram melhorias, befeitorias, manutenções e ampliações realizadas até o final de 2020. Os registros foram efetuados em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Depreciação: a metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema ASIWEB cujos valores são lançados no sistema SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio. Já a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a qual disponibiliza planilha de valores para a Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – CCONT/STN efetuar o registro no SIAFI.

Intangíveis: É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. São registrados pelo valor de aquisição sendo que referem-se apenas a softwares. São

classificados em softwares com vida útil indefinida e definida a partir da informação da Secretaria da Tecnologia de Informação do período que serão utilizados.

Amortização: realizada para os bens intangíveis que tiverem vida útil considerada como definida tendo como característica a redução do valor do bem. O cálculo leva em consideração o tempo de utilização prevista do software a partir do momento que está disponível para uso. É reconhecida mensalmente em conta de variação patrimonial diminutiva contra uma conta retificadora do ativo.

Passivos circulantes: são reconhecidos pelo regime de competência, com base no valor histórico e estão classificados em passivos circulantes e passivos não circulantes em obediência ao prazo de 12 meses de exigibilidade.

Gratificação natalina: os duodécimos de gratificação natalina obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Férias: os duodécimos de férias obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Passivo anterior: o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária são registrados obrigatoriamente com expressa autorização do ordenador de despesas do reconhecimento de dívida. Lançadas em conta de passivo anterior com ISF P e a despesa realizada somente após comprovada, e suficiente, a disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Ajustes de Exercícios Anteriores: são registrados em decorrência de efeitos da mudança de política contábil e de reconhecimento de eventos ocorridos em exercícios anteriores cujo elemento de despesa do empenho tenha classificação 92 – despesa de exercício anterior e utilizado no orçamento do exercício corrente.

Receitas: o TRE-PR não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas e pagas, utilizando-se dos sub-repasses financeiros recebidos mensalmente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Restos a Pagar (RP): sob o aspecto orçamentário, o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstrativos-contabeis>.



BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS									
ATIVO	NE	2021	2020	AH	PASSIVO	NE	2021	2020	AH
CIRCULANTE		10.566.782,70	6.209.707,17		CIRCULANTE		20.488.977,33	19.802.526,82	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	2.226.160,12	217.290,84	924,51%	Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo	9	20.357.664,84	19.674.586,51	3,47%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.306.330,35	1.024.292,89	27,53%	Fornecedores e contas a Curto Prazo		2.905,58	1.184,04	145,40%
Estoques	3	3.416.508,10	3.323.183,96	2,81%	Demais Obrigações a Curto Prazo	10	128.406,91	126.756,27	1,30%
VPD's Pagas Antecipadamente	4	3.617.784,13	1.644.939,48	119,93%					
NÃO CIRCULANTE		358.321.510,94	285.033.130,07		NÃO CIRCULANTE		9.244,22	6.305,60	
Imobilizado	5	355.366.742,35	281.613.074,52		Demais Obrigações a Longo Prazo	11	9.244,22	6.305,60	46,60%
Bens Móveis	6	98.444.674,37	90.788.938,08	8,43%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		348.390.072,09	271.434.004,82	28,35%
(-) Depreciação de Bens Móveis		(55.605.713,50)	(54.790.036,77)	1,49%	Demais Reservas	12	89.718.793,70	-	
Bens Imóveis	7	314.063.904,50	247.107.269,13	27,10%	Resultados Acumulados		258.671.278,39	271.434.004,82	
(-) Depreciação de Bens Imóveis		(1.536.123,02)	(1.493.095,92)	2,88%	Resultado do Exercício	13	12.531.347,76	13.347.643,11	-6,12%
Intangível	8	2.954.768,59	3.420.055,55		Resultados de Exercícios Anteriores	14	271.434.004,82	220.894.181,44	22,88%
Softwares		5.976.473,76	5.947.185,75	0,49%	Ajustes de Exercícios Anteriores	15	-25.294.074,19	37.192.180,27	-168,01%
(-) Amortização acumulada softwares		(3.021.705,17)	(2.527.130,20)	19,57%					
TOTAL DO ATIVO		368.888.293,64	291.242.837,24		TOTAL DO PASSIVO		368.888.293,64	291.242.837,24	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	2.226.160,12	217.290,84	PASSIVO FINANCEIRO	7.011.678,61	5.926.661,49
ATIVO PERMANENTE	366.662.133,52	291.025.546,40	PASSIVO PERMANENTE	20.357.664,84	19.674.586,51
			SALDO PATRIMONIAL	341.518.950,19	265.641.589,24

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.462.319,87	2.821.126,04	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	76.696.282,56	60.991.268,89
Atos Potenciais Ativos	2.462.319,87	2.821.126,04	Atos Potenciais Passivos	76.696.282,56	60.991.268,89
Garantias Recebidas a Executar	2.391.950,71	2.753.772,96	Obrigações Contratuais a Executar	76.696.282,56	60.991.268,89
Direitos Contratuais a Executar	70.369,16	67.353,08			
TOTAL	2.462.319,87	2.821.126,04	TOTAL	76.696.282,56	60.991.268,89

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCIERO		
Recursos Ordinários			-4.607.748,80		
Recursos Vinculados			-177.769,69		
Previdência Social (RPPS)			0,00		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			-177.769,69		
TOTAL			-4.785.518,49		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

A DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamento-financeira-e-fiscal/demonstrativos-contabeis>.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	2021	2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Taxas			-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.989,16	
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.989,16	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	16	7.404,63	2.804,01
Juros e Encargos de Mora		7.404,63	2.804,01
Transferências e Delegações Recebidas		377.067.978,96	405.198.397,49
Transferências Intragovernamentais	17	370.655.886,57	391.389.527,49
Outras Transferências e Delegações Recebidas	18	6.412.092,39	13.808.870,00
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		3.667.785,93	14.572.544,47
Reavaliação de Ativos	19	-	13.835.201,77
Ganhos com Incorporação de Ativos	20	3.667.107,33	736.645,10
Ganhos com Desincorporação de Passivos		678,60	678,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.821.125,84	4.554.162,19
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	21	3.821.125,84	4.554.162,19
Multas código eleitoral			
Outras		3.821.125,84	4.554.162,19
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		384.564.295,36	424.331.897,32

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	2021	2020
Pessoal e Encargos	22	267.494.473,34	279.944.316,40
Remuneração a Pessoal		216.157.311,29	229.627.496,43
Encargos Patronais		39.801.561,83	38.808.389,22
Benefícios a Pessoal		11.535.520,22	11.508.430,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		80,00	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		53.135.694,03	52.966.738,59
Aposentadorias e Reformas		42.538.978,17	43.051.223,41
Pensões		10.460.709,11	9.848.276,42
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		136.006,75	67.238,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		46.378.002,66	69.919.845,41
Uso de Material de Consumo	23	1.339.710,90	5.226.695,58
Serviços	24	36.917.037,03	53.000.251,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		1.762,95	57.475,20
Juros e Encargos de Mora		401,33	1.910,25
Descontos Financeiros Concedidos	25	1.361,62	55.564,95
Transferências e Delegações Concedidas		4.663.385,00	5.414.321,44
Transferências Intragovernamentais	26	3.849.150,04	4.534.599,85
Outras Transferências e Delegações Concedidas		814.234,96	879.721,59
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		116.062,62	2.282.758,43
Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	27	-	560.000,00
Perdas Involuntárias	28	116.062,62	42.011,48
Incorporação de Passivos			-
Desincorporação de Ativos	29	-	1.680.746,95
Tributárias	30	77.818,31	77.254,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		12.803,48	7.701,08
Contribuições		65.014,83	69.553,10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31	165.748,69	321.544,56
Premiações		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		165.748,69	321.544,56
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		372.032.947,60	410.984.254,21
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA - VPD	32	12.531.347,76	13.347.643,11

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2021 foi positiva, no montante de R\$ 2.226.149,92.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/demonstrativos-contabeis>.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
INGRESSOS	374.587.737,15	396.218.711,86
Outros Ingressos Operacionais	374.587.737,15	396.218.711,86
Ingressos Extraorçamentários	104.707,73	293.114,70
Transferências Financeiras Recebidas	370.654.356,57	391.388.868,24
Arrecadação de Outra Unidade	3.827.168,85	4.505.372,86
Demais Recebimentos	1.504,00	31.356,06
DESEMBOLSOS	-364.750.837,77	-387.565.429,25
Pessoal e Demais Despesas	-321.984.435,05	-344.932.655,32
Judiciário	-268.977.226,38	-291.837.692,07
Previdência Social	-53.007.208,67	-53.094.963,25
Transferências Concedidas	-38.804.498,33	-37.768.382,92
Intragovernamentais	-38.804.498,33	-37.768.382,92
Outros Desembolsos Operacionais	-3.961.904,39	-4.864.391,01
Dispêndios Extraorçamentários	-112.754,35	-299.094,35
Transferências Financeiras Concedidas	-3.849.150,04	-4.565.296,66
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.836.899,38	8.653.282,61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2021	2020
DESEMBOLSOS	7.828.030,10	8.934.352,65
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.796.236,80	8.335.417,65
Outros Desembolsos de Investimentos	31.793,30	598.935,00
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.828.030,10	8.934.352,65
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.008.869,28	-281.070,04
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	217.290,84	498.360,88
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.226.160,12	217.290,84



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2021

ANEXOS E APÊNDICES

.....



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício-Circular GAB-DG nº 44/2022

Brasília, 16 de fevereiro de 2022.

A sua Senhoria a Senhora, o Senhor
Diretora-Geral, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral

Assunto: Informações de Custos para o Relatório Integrado de Gestão 2021

Senhora Diretora-Geral, Senhor Diretor-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria o relatório com as informações de Custos, referentes ao exercício financeiro de 2021, para subsidiar a elaboração do Relatório Integrado de Gestão desse Tribunal Regional Eleitoral, em atendimento à solicitação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Esclareço que o relatório foi elaborado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF, deste Tribunal Superior, com base nas informações prestadas por esse Regional no Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC, em captação de dados realizada em janeiro de 2021.

Atenciosamente,

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA
DIRETOR-GERAL

 Documento assinado eletronicamente em **16/02/2022, às 22:29**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em
https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1931335&crc=C73AB27E, informando, caso não preenchido, o código verificador **1931335** e o código CRC **C73AB27E**.

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2021, Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 17, e parágrafo único do mesmo art. 17.

A inclusão das informações de custos no Relatório Integrado de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até a elaboração do relatório com os dados do exercício financeiro de 2017, foram prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir do relatório relativo ao exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir quase 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Dessa forma, além de atender à demanda legal, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral busca contribuir para uma melhor alocação dos recursos públicos, dotando os Tribunais Eleitorais de mais uma ferramenta na busca por uma melhoria contínua da qualidade do gasto público. Dado que a falta de informações de qualidade é um dos maiores desafios para os gestores públicos, a sistemática de custos pretende auxiliar no atendimento dessa necessidade, usando as informações do passado para permitir planejar um futuro mais próspero e alinhado com os objetivos estratégicos da instituição.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema informatizado próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:

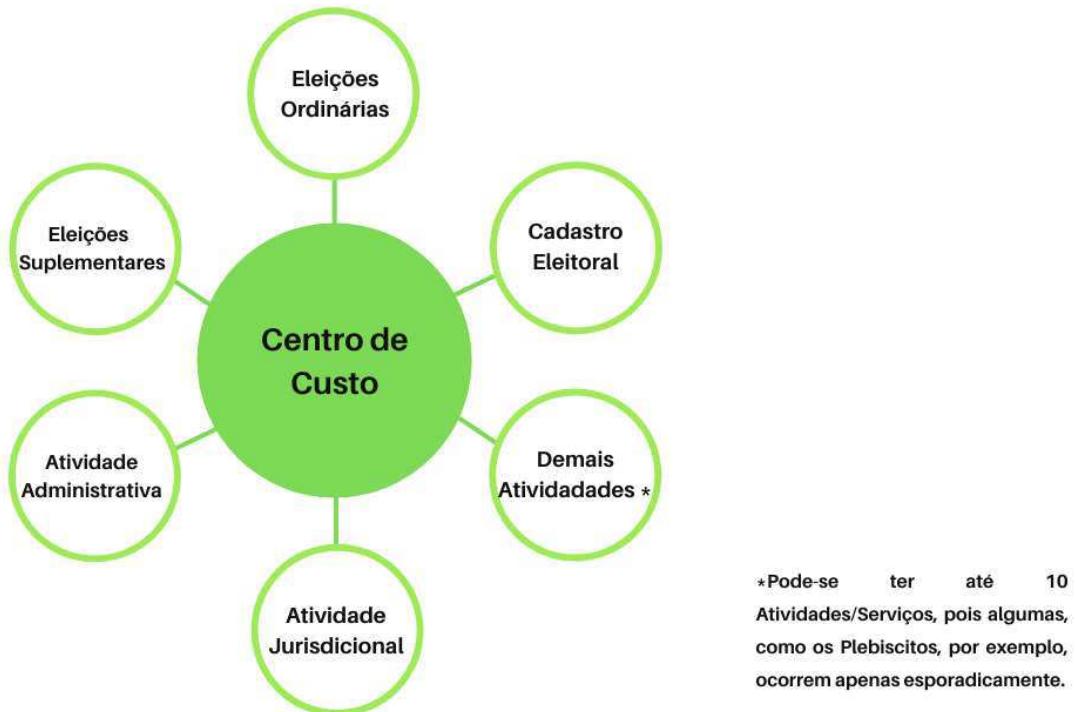


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão “Com o quê?”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “Para quê?”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

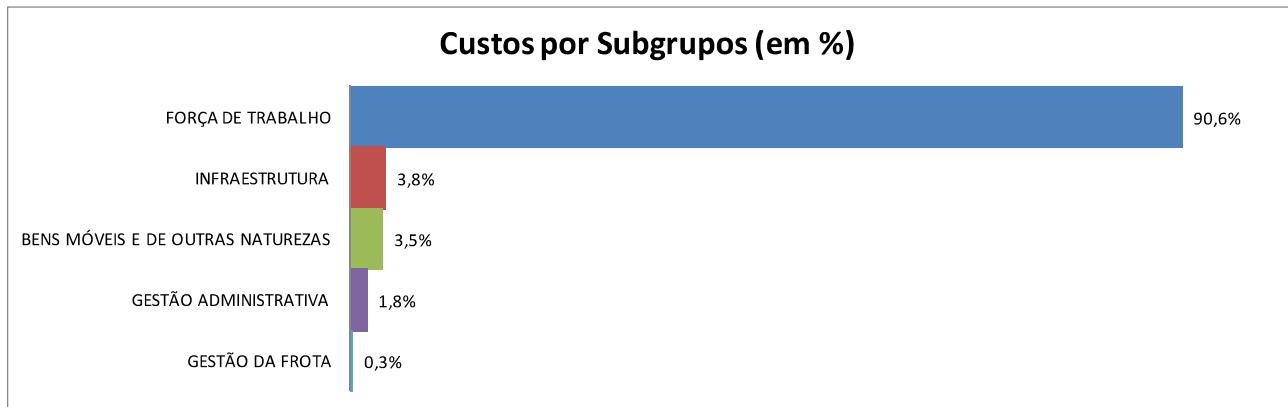


Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2021, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 45 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, os custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná** no **exercício de 2021**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



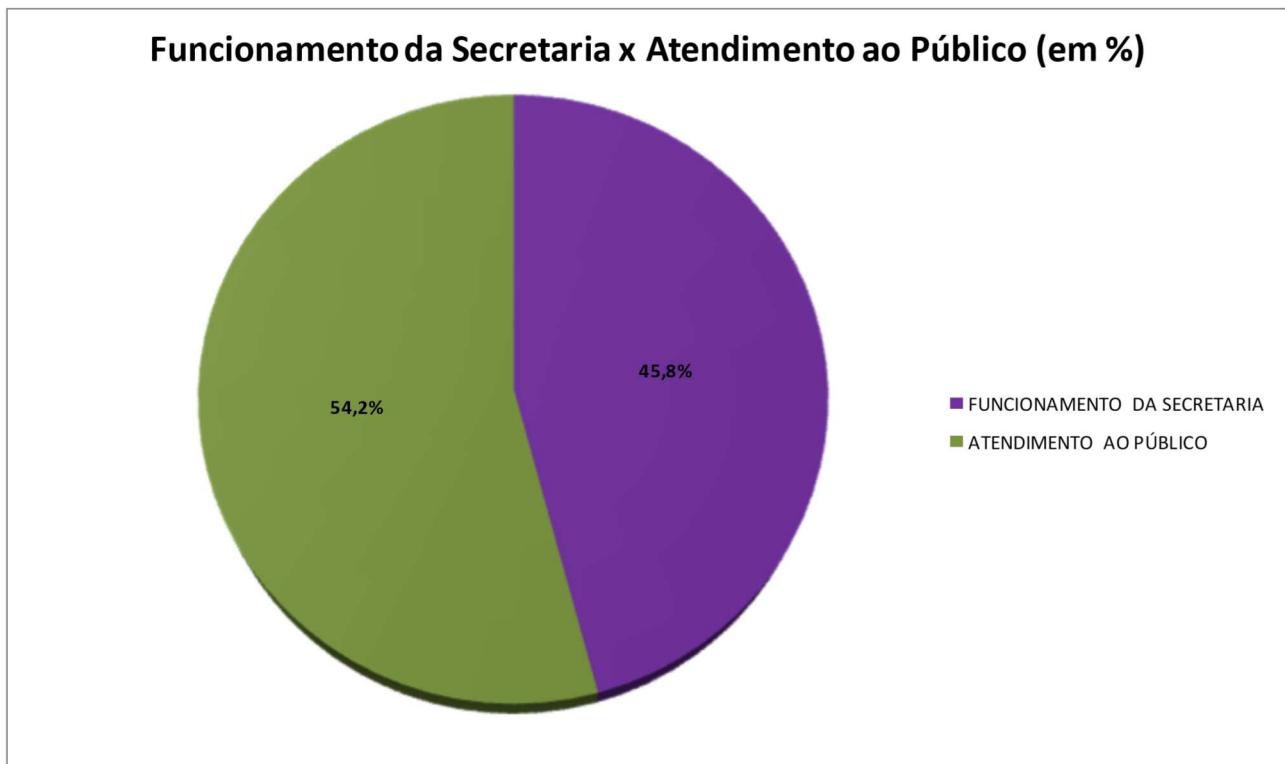
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Pùblico e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, em que a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.